



Universidade Católica Portuguesa
Centro Regional das Beiras
Departamento de Letras

Os Campos de Trabalho Internacionais e a
contribuição da Mobilidade Juvenil para o Turismo
Cultural

Mestrado em Turismo e Património
Orientador – Doutor João Luís Inês Vaz

Natália Manuela Almeida Carvalho Mendes

Viseu 2011

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não foi obra de uma só pessoa.

Foi difícil o percurso, e só com a ajuda de quem ama e acredita foi possível a sua concretização.

Primeiro tenho que agradecer ao Luís Filipe, meu marido, meu companheiro e minha força. Mesmo na hora de desistir as suas palavras foram mais fortes e a sua ajuda fundamental.

Não posso deixar de agradecer às minhas filhas pela sua paciência, pelo meu mau humor, pela minha falta de carinho quando os nervos apertavam.

A palavra mais doce para a minha mãe, por me apoiar por saber o quanto foi difícil, mas sempre acreditou e me incentivou a realizar este trabalho.

Não posso esquecer todos os que directa ou indirectamente contribuíram para que terminasse o percurso de forma positiva, nomeadamente o Professor Doutor João Inês Vaz.

Não esqueço também o Doutor Aires do Couto, pois a sua compreensão foi fundamental para que chegasse a este trabalho final.

Um obrigado ainda ao Dr. José Rui Cruz, Subdirector Regional do Centro do Instituto Português da Juventude, pelo apoio e compreensão que sempre me deu.

RESUMO

Este trabalho pretende demonstrar a importância da mobilidade juvenil na preservação do património e da cultura e a contribuição para o turismo.

É apresentado o Programa Campos de Trabalho Internacionais, como programa de mobilidade e outros, que estão ao dispor dos jovens, os quais fazem parte do processo de aprendizagem em termos de educação não-formal e de cidadania activa.

Para além disto é também apresentado o Instituto Português da Juventude como entidade que gere e dinamiza os Campos de Trabalho Internacionais, programa sobre o qual incide o estudo mencionado.

Pretende-se mostrar que os Campos de Trabalho Internacionais podem ser um contributo para o desenvolvimento do Turismo Cultural e Patrimonial em Portugal.

Os jovens dos vários países que visitam Portugal para participar neste Programa levam com eles a imagem do país, da sua Cultura, da sua História e do seu Património, seja ele natural, monumental ou outro.

O estudo foi feito com os jovens participantes no ano de 2009 em alguns dos Campos realizados em Viseu e na Guarda, nas áreas de Cultura e Património.

Pretendeu-se saber que impressões registavam e que imagens levavam os jovens do nosso país, e como o viam em termos culturais.

Este estudo foi feito através de inquéritos entregues aos jovens nos referidos Campos.

As questões colocadas permitiam verificar as impressões dos jovens nestas áreas.

Os resultados mostram que os jovens gostam do nosso país, gostam da nossa história, da nossa cultura e do nosso património.

Com este estudo fica verificado que é possível tirar mais dividendos deste Programa, e que as entidades envolvidas deverão criar laços e articularem-se no sentido de rentabilizar o trabalho dos jovens em benefício do turismo e do desenvolvimento.

Valorizar mais o que é feito e investir na sua preservação e manutenção conjugando esforços. Numa altura de crise como a que atravessamos, urge pensar em rentabilizar trabalho e gastos logo, este programa permite aproveitar tudo o que estes jovens realizam em prol da comunidade e do nosso país. Esta noção ainda não está bem clara nas entidades competentes e por isso mesmo fica este trabalho, que é uma chamada de atenção para que futuramente se possa de facto pensar melhor e aproveitar melhor a mobilidade juvenil.

ABSTRACT

This work aspires to prove the importance of juvenile mobility in patrimony and culture preservation and useful input for tourism.

It's presented the International work Camps Program, as a program of mobility and others, at the reach of youth, which make part of the process of learning regarding no formal education and active citizenship.

On the other hand, it's also presented the Instituto Português da Juventude as an entity who created and increased international work camps, the program on which the study is about.

The intention was to show that international work camps can give a contribution for the cultural and patrimonial tourism development in Portugal.

The youngsters of different countries who visited Portugal to participate in this program take with them a view of the country, of its culture, of its history and its patrimony, whatever is natural, monumental or other.

The study was made with young participants in the year 2009 in some camps in Viseu and in Guarda, in the sectors of culture and patrimony.

Was intended to know what impressions were noted and what views the youngsters took of our country and how they saw it in cultural terms.

This study was made through inquiries delivered to the youngsters in those camps.

The questions of those inquiries allowed to check out the opinions of the youngs in this sectors.

The results show that the youngs appreciate our country, our history, our country and our patrimony.

With this survey it is verified that it is possible take more dividends of this program, and that the involved authorities must create bonds and must articulated towards profit the work of the youngsters in benefit of the tourism and development.

To value more that was done and to invest in its preservation and maintenance must combining efforts. In a time of crisis like the one we crossed, it is crucial to profit work and expenses soon, this program allows to enjoy everything that the youngsters made regarding the community and our country.

This notion it is not yet clear for qualified authorities and therefore remains this work, which is a wakeup call son in the future will have a better thinking and a better use of the juvenile mobility.

ÍNDICE GERAL

Agradecimentos	1
Resumo	2
Abstract	3
Índice Geral	5
Siglas	7
Introdução Geral	8

Parte I

Capítulo I

Turismo

1.1 – A História do Turismo	11
1.2 – Turismo e Economia	13
1.3 – Turismo e Cultura	15
1.4 – Turismo Educacional	17
1.4.1 – Educação Não-Formal	20

Capítulo II

Mobilidade

1.1 – Mobilidade na História	24
1.2 – Programas de Mobilidade na EU	27
1.3 – Mobilidade de jovens	30
1.4 – Movijovem	33

Capítulo III

Campos de Trabalho Internacionais – Enquadramento

1.1 – Instituto Português da Juventude	37
1.2 – Lojas Ponto Já	40
1.3 – Programas do IPJ	42
1.3.1 – OTL – Ocupação dos Tempos Livres	42
1.3.2 – Férias em Movimento	44
1.3.3 – Voluntariado	45
1.3.4 – Parlamento dos Jovens	49
1.3.5 – Concurso Euroscola	50
1.3.6 – Associativismo	51

II Parte – Estudo de Caso

Capítulo IV

Campos de Trabalho Internacionais – Estudo

1.1 – Estudo e análise Global	56
1.2 – CTI Análise 2009	66
1.3 – Análise Prática	69
1.4 – Análise inquéritos	74
1.5 – Análise crítica	91
Conclusão	93
Bibliografia	95
Anexos	102

SIGLAS

IPJ – Instituto Português da Juventude

CTI – Campos de Trabalho Internacionais

FM – Férias em Movimento

OTL- Ocupação de Tempos Livres

CSI – Complemento Solidário ao Idoso

FAOJ – Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis

IGESPAR – Instituto Gestão do Património Arquitectónico e
Arqueológico

AR – Assembleia da República

RNAJ – Registo Nacional de Associações Juvenis

DRC- Direcção Regional do Centro

EU – União Europeia

I.P – Instituto Público

INTRODUÇÃO GERAL

O tema da Mobilidade significa, e está hoje ligado, a variadíssimas situações de movimento de pessoas, dentro e fora de um país. No caso concreto de Portugal, desde a entrada na Comunidade Europeia que o gosto pelo conhecimento de novos países, de novas culturas, se apoderou de todos, embora seja certo que já há muito tempo se nota a importância das viagens, dos passeios turísticos da crescente vontade de perceber como é o mundo e de conhecer outros mundos, num espírito de curiosidade próprio do ser humano.

Neste contexto, também os jovens já por si determinados e ávidos de saber, se preocupam em ir mais longe e perceber como são as coisas, o que as atrai e afasta, o que as une e separa e ainda o que culturalmente são e podem fazer pelos outros. As motivações que originam as deslocações são imensas.

Deste modo, o turismo é um encontro de culturas sejam elas quais forem. É neste contexto que a mobilidade juvenil, que os campos de trabalho internacionais proporcionam, é um factor importante na promoção e divulgação do turismo.

Neste sentido é propomo-nos fazer uma abordagem aos Campos de Trabalho Internacionais e de que forma contribuem para a mobilidade de jovens e para a divulgação, e também preservação, do nosso Património e da nossa Cultura.

Vai ser feita inicialmente uma abordagem ao Turismo, à sua História, à ligação com a Economia e à ligação com a Cultura.

Face a este primeiro capítulo há que apresentar a mobilidade, o seu aparecimento e quais os Programas Europeus para jovens mais relevantes nesta área, e de que forma os podem usufruir.

Os programas europeus ao dispor dos jovens permitem e facilitam a mobilidade, que leva a uma Europa do “saber” e do “conhecimento”. Estes jovens querem aproveitar e ter uma formação mais vasta e mais abrangente.

Não é viajar por viajar, é para conhecer e para saber, viajar para aumentar o conhecimento. Não é por acaso que hoje o turismo contribui de forma significativa para a economia de um país. Uma questão que se pode colocar é como é que um simples Programa de Mobilidade Internacional, como os Campos de Trabalho Internacionais, pode contribuir para o desenvolvimento do turismo em Portugal.

É referido também o Turismo na vertente Educacional e a educação não formal, que estão na base dos Campos de Trabalho Internacionais.

Esta mobilidade permite aos jovens aprender fora do banco das escolas, formar a sua consciência e a sua personalidade, pois o que se aprende deste modo jamais se esquecerá. Esta educação não formal contribui para a formação cívica, cultural e mental de jovens que por opção desejam conhecer e aprender por eles e não por imposição da educação nas escolas.

Face a esta teoria urge entrar nos Campos de Trabalho Internacionais propriamente ditos e na estrutura que os gere em Portugal, neste caso, o Instituto Português da Juventude.

É pois necessário o enquadramento enquanto Instituto Público e apresentar para além deste Programa Campos de Trabalho Internacionais, quais os outros programas que promove e realiza.

O Instituto Português da Juventude, como entidade que gere e promove programas que desenvolvem a capacidade dos jovens enquanto cidadãos, tem aqui um papel fundamental.

A partir daqui entramos na parte prática do trabalho que vai consistir no estudo das respostas dadas aos inquéritos feitos aos jovens participantes em Campos de trabalho Internacionais no distrito de Viseu e da Guarda, nas áreas de Cultura e Património.

Finalmente é apresentada a análise crítica e a conclusão deste trabalho.

Os jovens percorrem várias regiões do país, realizam a sua actividade dentro das áreas propostas dos Campos de Trabalho Internacionais, complementada por outras de lazer e de visitas culturais à região onde se encontram. Deslocam-se por vários locais, conhecem o património, fixam-no e levam-no com eles para divulgarem. No ano seguinte, os mesmos ou outros vêm, dependendo deles próprios, da organização, do gosto pela região e dos Campos de Trabalho, repetindo as mesmas tarefas ou executando outras diferentes.

PARTE I

CAPÍTULO I

TURISMO

1.1 A História do Turismo

A palavra “Turismo” era desconhecida até ao século passado e as palavras “viajante” e “viagem” eram associadas a pessoas ricas, instruídas e líderes da sociedade, pois eram esses que corriam o mundo contando depois as suas aventuras vividas nas terras longínquas, muitas vezes além-mar. Não havia a noção de viagem associada a diversão e recreio.

Mas a existência do turismo e vontade de viajar não começou aqui, como iremos ver de imediato, pois apenas a Revolução Industrial o estimulou, mas mesmo assim apenas a classe rica tinha direito a viajar por lazer e prazer. Pode-se dizer que a grande aceleração do turismo só se dá a partir de meados do século XX, a seguir ao pós-guerra, com um enorme incremento das viagens e da comunicação. A riqueza conseguida com a paz, o dinheiro disponível, mas sobretudo a mudança do estilo de vida, são novas condições para o turismo. Começou-se a gastar dinheiro com viagens de lazer e o fluxo de turismo cresceu de forma notória.

Com a televisão, a publicidade, a imagem de destinos exóticos e deferentes, incentivam-se as pessoas, que são atraídas por estes lugares. Dá-se preferência ao internacional e deixa-se o nacional, persistindo a vontade de conhecer, aumentando as viagens para destinos cada vez mais longínquos e mais exóticos.

Apesar de estas noções genéricas serem aceites por todos, a verdade é que na história do turismo encontramos linhas de pensamento diferentes.

Para alguns o turismo teve início no século XIX com as deslocações pela cultura, ócio, saúde, negócios, relações familiares.

Noutra linha de pensamento, o turismo iniciou-se na Revolução Industrial visto que as deslocações tinham como finalidade o lazer. No entanto, o turismo é muito mais antigo e podemos verificar que já na Grécia Antiga se dava importância ao tempo livre, à cultura, diversão, religião e desporto. Sabemos que os gregos se deslocavam para os jogos e para os Oráculos como Delfos e Dódona. A importância que esses jogos e os oráculos representavam para os Gregos é bem conhecida e bastará pensar nos Jogos Olímpicos que se realizavam de quatro em quatro anos e a eles acorriam Gregos de todos os recantos da Grécia.

No Império Romano também eram frequentes as deslocações e permanência em termas. Os romanos desenvolveram as vias de comunicação e a sua prosperidade possibilitou tempo livre e os recursos financeiros levaram a estas deslocações. Com os Romanos podemos dizer que começaram efectivamente as viagens de lazer e por prazer e não apenas por motivos religiosos, comerciais ou desportivos. A importância das viagens foi de tal ordem que se elaboraram roteiros das principais vias do Império.

Na Idade Média, a agricultura era predominante e as pessoas raramente saíam da sua área local, onde viviam e acabavam por morrer sem conhecer outras regiões ou paragens, e tinham poucos contactos com outras pessoas. As viagens foram poucas e basicamente por três motivos: guerra, peregrinação e educação. Ao lado das peregrinações religiosas católicas como à Terra Santa e o Caminho de Santiago, surge também o islamismo com a Peregrinação a Meca. Surge pela primeira vez a palavra “Hotel” de origem francesa que designa palácios urbanos. Os reis e as personalidades aproveitavam para se deslocar de palácio em palácio com o séquito e comitivas numerosas. É também aqui que surgem as expedições marítimas.

No final do século XVI os juizes aristocratas ingleses faziam um grande *tour* no final dos estudos. Daqui se viria a originar a palavra turismo.

No século XVIII houve um pequeno aumento de riqueza que estimulou o lazer e mais tempo livre, e o dinheiro proporcionou a saída de casa para novos destinos.

Também a tecnologia industrial levou a que os transportes demorassem menos tempo, proporcionassem mais conforto e a população da Europa começou a conhecer novos continentes.

Na Idade Contemporânea, com a Revolução Industrial, a burguesia volta a dispor de recursos económicos e tempo livre para viajar. A revolução dos transportes permitiu também a rapidez e a facilidade nas deslocações.

Começa a surgir o turismo de saúde com os sanatórios e clínicas privadas. E também aqui que aparece o turismo das praias.

Em 1840, Thomas Cook, um vendedor de bíblias, promove a primeira viagem organizada da História e assim se iniciaram as agências de viagens. Ele foi o pioneiro das agências de viagens e o primeiro operador turístico de que há memória.

A partir daqui a necessidade de alojamento e de condições de permanência com qualidade, leva ao aparecimento de grandes hotéis com serviço completo. A revolução nos transportes provocada sobretudo pelo aparecimento do comboio fez com que as pessoas passassem a viajar com muita mais facilidade e, conseqüentemente, levou também ao aumento de viagens turísticas e de saída para fora do local habitual de residência. Começa-se

a definir o conceito de turismo como a saída das pessoas do seu local habitual de residência e a estadia de algum tempo fora desse local.

Na segunda metade do século XX, como já referimos, inicia-se o “Boom” turístico. O turismo internacional cresce. A recuperação económica, a paz, o desenvolvimento da cultura e do lazer, a procura do bem-estar, levam ao desenvolvimento e crescimento turístico.

Aumenta o viajar por conhecer novas culturas e também por formação educacional.

Com o aumento do nível de vida o turismo toma a forma de motor económico de muitos países. Procuram-se novas formas, novas estratégias, com a eliminação das barreiras e fronteiras na EU, a mobilidade tornou-se uma realidade cada vez mais procurada, sejam quais forem os motivos. Hoje é parte fundamental da economia de alguns países.

1.2 Turismo e Economia

Tanto o turismo como a economia são duas vertentes das ciências sociais e como tal têm que ser encaradas. Sendo assim, não admira que o turismo tenha começado a ser estudado pela economia, pois se verificou a importância que o fenómeno turístico poderia ter para o desenvolvimento de um país. Veja-se o caso da Grécia ou dos países do Norte de África cujas economias vivem fundamentalmente do turismo.

Neste momento o Turismo é uma importante actividade económica. Tem aumentado de forma considerável, ao mesmo tempo que aumenta a mobilidade de turistas.

Em termos económicos tem sido avaliada a capacidade deste fenómeno tendo no entanto ainda falta de reconhecimento. Já em 1970, Wahab dizia que “o turismo internacional é uma actividade económica mundial que já demonstrou seu papel insubstituível no comércio internacional, definindo seus relacionamentos na troca de bens e serviços, como exportador invisível em países turisticamente avançados” (citado por Barreto, 2008, p. 72).

A actividade turística potencia o desenvolvimento social e económico. Esta nova necessidade tem despertado o interesse de todos, tem contribuído para o desenvolvimento de zonas rurais, zonas interiores e pouco conhecidas. Não sendo uma necessidade básica, é uma necessidade em si.

Em pleno século XX, as necessidades básicas do homem encontram-se satisfeitas, tem tempo livre e rendimento disponível. A necessidade de conhecer, aprender, saber, são mais

conscientes e mais procuradas. O mundo é tão grande e tão diferente que realmente cativa o homem e estimula-o a fazer km para conhecer, perceber e saber.

O lazer é necessário ao homem, enquanto ser que trabalha e desenvolve uma actividade. Os estudos mostram que o homem deve ter para si, e para dar mais rendimento no trabalho, tempo livre e realizar actividades lúdicas e de lazer. Neste sentido o mercado hoje tem que estar preparado para todas as necessidades do homem, em termos de lazer, com ofertas de qualidade, e com leque variado.

Assim, aparecem as oportunidades de negócio, aparece o desenvolvimento económico e social. As sociedades desenvolvidas apostam nos tempos livres e o mercado de lazer é pois um negócio a empreender.

O turismo beneficia neste momento dos avanços técnicos, dos transportes, das necessidades do homem, das leis do trabalho e do direito ao descanso.

Considerando todos estes factores estamos perante uma realidade concreta, o turismo pode desenvolver económica e socialmente um determinado país.

O turismo traz benefícios directos e indirectos para a economia de um país. O dinheiro que os Estados cobram em impostos, os postos de trabalho directos ou o dinheiro que os turistas gastam são um benefício directo, mas se pensarmos na produção que o afluxo de turistas implica, se pensarmos na produção artesanal com produtos produzidos algures numa aldeia perdida para ser vendida aos turistas, estamos já perante um benefício indirecto, por exemplo.

A vontade crescente de viajar veio assim desenvolver actividades colaterais que se reflectem também para a economia e desenvolvimento social, como construção de infra-estruturas, guias, ensino de línguas, hotelaria e restauração. É por isso que muitos estudiosos do turismo (Fernandez Fúster ou Harry Clement, por exemplo) falam do efeito multiplicador económico do turismo, criando-se mesmo pesadas fórmulas matemáticas para calcular esse efeito multiplicador. (Citados por Barreto, 2008).

Uma sociedade que aposte no turismo aposta também, e automaticamente, no desenvolvimento económico e social.

Todo este desenvolvimento tem na sociedade um efeito que permite enquadrar o turismo como factor importante e inclui-lo na política económica e considerá-lo como “motor do desenvolvimento económico”.

1.3 Turismo e Cultura

A cultura pode ser arte, património de um lugar, tradições, costumes, expressões culturais de um povo, particularidades, língua, folclore, gastronomia, natureza e por isso podemos dizer que a relação entre turismo e cultura é muito vasta.

O turismo estabelece-se com todas estas áreas e conjuntos e assim o turismo e a cultura podem ver-se em diferentes formas, mas sempre relacionados e em íntima coordenação.

Podemos assim falar de diversos tipos de turismo, consoante o ramo cultural a que se encontram mais intimamente ligado. Numa primeira forma temos o turismo e a arte, designado por turismo de arte. Numa segunda relação temos o turismo e o património monumental. A cultura incorpora aqui, além das actividades artísticas, o património histórico construído. Existe uma ideia de herança patrimonial geracional. O património é visto como cultura e integra os edifícios históricos, preservados e conservados. Há uma ideia de concentração espacial de recursos.

Na terceira forma, aquela que é a mais intensa, temos o turismo em lugar específico, ou turismo étnico. Trata-se de um conceito de cultura mais lato e que se alarga a todas as manifestações e costumes.

A cultura é um todo alargado a diferentes manifestações e costumes de um povo, ou seja, poderá aceitar-se “turismo é cultura” sempre que há deslocação de pessoas, há novos conhecimentos, novas descobertas, logo aumenta o nosso conhecimento a nossa própria cultura. No limite, poderemos concluir que turismo é cultura, embora sejam vistos como áreas distintas da prática social. A cultura é dinâmica e por isso interactiva, sempre em mudança. Nas sociedades actuais defende-se uma “cultura de turismo”..

As formas de cultura que atraem os visitantes são:

a) Cultura inanimada (visitas a monumentos, edifícios históricos), em que o turista é um sujeito passivo pois apenas se limita a visitar, a fotografar e a ficar com uma recordação da visita.

b) Cultura reflectida no dia-a-dia do destino do turista.

c) Cultura especialmente animada (festivais de música, carnaval...), por vezes com participação do próprio turista.

No fundo, os autores que defendem esta teoria, estão a aceitar a já clássica distinção que foi estabelecida por Avelino Hernandez entre quatro tipos de cultura:

- A cultura como herança.

- A cultura como criação, inovação e participação, num processo mental absoluto.
- A cultura como oferta de produtos artísticos de consumo.
- A cultura como recurso estratégico e, por conseguinte, geradora de riqueza.¹

Nos anos 90, o turismo cultural ficou reconhecido como actividade de mercado de elevado perfil. O turismo cultural foi concebido como a descoberta de monumentos e lugares. Esta forma de turismo traz benefícios económicos e sócio culturais para toda a população envolvida. O gasto que os turistas vão fazer no sítio que visitam vai proporcionar ganhos aos habitantes locais desde que saibam aproveitar e adaptar-se à realidade turística.

No entanto, a Carta de Turismo Cultural (1984), refere efeitos negativos e destrutivos que o uso massificado e descontrolado dos monumentos e lugares, pode acarretar.

A Carta defende um processo de preservação e conservação na gestão da cidade histórica. Segundo Richards, 2000, o turismo cultural pode incluir o turismo de património (artefactos do passado), e o turismo artístico (produção cultural contemporânea), na sequência directa do que disse Hernandez em 1989, citado acima.

A experiência turística numa área cultural está dependente da forma como a visita está organizada.

Há mudanças na definição de Turismo Cultural na Europa através da institucionalização do conceito de Capital Europeia da Cultura, pois a cultura das cidades torna-se mais acessível a uma audiência europeia e cria o quadro da cultura europeia como um todo, quase gerando um quadro geral de globalização.

Só no final dos anos 70 é que é reconhecido o Turismo Cultural, com o reconhecimento de que algumas pessoas viajavam com o objectivo de conhecer cultura e património de um país.

Como se vê é difícil definir turismo cultural, dadas as várias definições de Turismo e de Cultura, por um lado, e depois a articulação entre elas.

“A OMT (1985) – Organização Mundial de Turismo, propõe uma definição ampla e outra mais restrita de turismo cultural. A mais ampla define cultura como toda a viagem que

¹ Citado por Miguel Ángel Troitiño Vinuesa, *Patrimonio arquitectónico y urbanístico como recurso turístico*, in Joaquín S. García Marchante, María del Carmen Poyato Holgado, *La Función Social del patrimonio histórico: el Turismo Cultural*, Universidad de Castilla-la Mancha, 2002.

pela sua natureza satisfaz a necessidade de diversidade, de ampliação de conhecimento, que todo o ser humano traz em si. A mais restrita compreende a viagem por motivos unicamente culturais ou educativos”². Na óptica desta organização, o turismo cultural implica motivações como “viagens de estudo, artes dramáticas, visitas a sítios e monumentos e viagens para estudar a natureza, o folclore e/ou as migrações”. (citado por Costa, 2009, p. 42).

Hoje poderemos integrar tudo, pois as viagens por si só já são de cariz cultural, para aumentar conhecimento, aprender, descobrir, perceber os outros, conhecer a sua história, a ideia de viajar já pressupõe acto de conhecimento e de aprendizagem. Aprender tudo, não só isto ou aquilo, mas o todo, em todas as visitas. Somos hoje curiosos, descobridores, e tudo nos interessa social, histórica e culturalmente.

Como vemos, no Turismo Cultural muito se pode integrar, abarca-se toda uma série de temas, sendo, pois difícil definir, apenas sugerir a extrema importância que este tema tem nos nossos dias.

Este aspecto vai perpassar ao longo de todo este estudo, pois o interesse dos jovens em conhecer, perceber, conhecer o país no seu todo, a cultura, património e todos os aspectos ligados a uma sociedade que pretendem entender e descobrir foi a principal motivação para eles integrarem os campos de trabalho, como veremos.

1.4 Turismo Educacional

O turismo educacional pode ser entendido sob duas vertentes, deslocações feitas com o objectivo específico de obter uma educação formal ou a viagem de estudo complementar de uma educação fornecida dentro da sala de aula.

Tendo em conta que “*a aprendizagem é mais rápida e duradoura se for agradável e satisfatória em si mesma, e as melhores experiências educacionais assumem uma natureza lúdica*” (Parker, 1978, p.112), percebe-se que o turismo educacional pode cumprir esta função de complemento educativo e dar ao ensino formal o carácter lúdico que muitas vezes não tem. É neste sentido que as grandes viagens feitas a partir dos inícios do séc. XVI e vão atingir o seu maior desenvolvimento no séc. XVIII, se devem interpretar. Neste último século, o Grand Tour

² Henriques, Cláudia, *Turismo Cidade e Cultura, Planeamento e Gestão Sustentável*, Edições Sílabo Lisboa 2003

que a grande maioria dos jovens que saíam de Oxford ou de Cambridge deveriam fazer para ver e conhecer como o mundo era governado e preparar-se para assumir o lugar de membro da elite inglesa no seu regresso, era uma forma de complemento do ensino apreendido nas escolas inglesas.

O turismo educacional mesmo em termos formais é, no entanto, uma invenção muito mais antiga e já os Romanos tinham a viagem por motivos de educação, criando-se a ideia de que a viagem completa a educação. Os estudos sobre agricultura ou outros são a possibilidade de os cidadãos irem para o campo e ir de cidade para cidade ou de um campestre ir para a cidade.

Na Idade Média reúnem-se outras condições para o desenvolvimento das viagens por motivos educacionais. O aparecimento das universidades constitui o despoletar de viagens educacionais. Viaja-se para ir estudar para os grandes centros, viaja-se sempre que se torna necessário complementar os estudos noutra cidade ou noutra país, viaja-se quando um Mestre muda de cidade e de escola.

Sendo assim não será ideia nova que o desenvolvimento dos países está bem ligado a dois sectores – educação e turismo.

Para alguns autores, o facto de se falar em turismo implica desde logo falar de educação e aprendizagem, pois o acto turístico em si pressupõe sempre alguma aprendizagem. Assim, para Kaliunowski e Weiller (1992:17), por exemplo, “*o turismo educacional pode servir uma ampla variedade de finalidades como a satisfação da curiosidade acerca de outros povos, línguas e culturas; estimular o interesse pela arte, música, arquitectura e folclore; preocupação com o ambiente natural, paisagens, flora e fauna, ou aprofundar o fascínio pelo património cultural e lugares históricos*”.

Richie (2003:18), por sua vez, define turismo educacional como “*as actividades turísticas desenvolvidas por aqueles que efectuam uma pernoita ou uma excursão e para quem a educação e a aprendizagem são componente primária ou secundária da viagem. Tais actividades incluem viagens por motivos educacionais de carácter generalista, viagens de estudo de adultos, viagens domésticas internacionais de estudantes, dos ensinos básicas, secundário e universitário, incluindo cursos de línguas, visitas de estudo escolares e programas de intercâmbio*”.

O turismo educacional pode ser organizado de modo independente ou formal e ocorre numa variedade de contextos geográficos naturais ou humanizados.”

Como se vê pelas definições dadas, no turismo educacional podemos encontrar segmentos importantes ligados à educação e aprendizagem, como as mobilidades e

intercâmbios de estudantes, viagens escolares, cursos de línguas, visitas de estudo, reuniões científicas e conferências, férias educacionais articuladas com turismo cultural e/ou ecoturismo.

Todos estes exemplos diferentes dão resposta às necessidades específicas de um grupo de turistas particular, aqueles que viajam para apreender.

As práticas turísticas associadas à educação têm interesses genéricos e aprendizagens formais. Dos genéricos, podemos salientar as vistas guiadas com organização, das formais, as conferências e visitas de estudo e mobilidade de estudantes.

Tem sido uma preocupação por parte dos governos de todos os países, mas nomeadamente dos países europeus e instituições de ensino superior, o estabelecimento de redes de intercâmbio através de programas de cooperação com uma organização formal que fomente a internacionalização.

A nível europeu, existem os programas ERASMUS E SÓCRATES, já com alguns anos de existência, que já referimos acima.

Pela *decisão n.º 253/2000/CE* do Parlamento Europeu e do Conselho de 24 de Janeiro de 2000, foi criada a segunda fase do programa de acção comunitário em matéria de educação “Sócrates”. Tem como objectivos, o reforço da dimensão europeia da educação a todos os níveis, facilitando um amplo acesso transnacional aos recursos educativos na Europa e promovendo simultaneamente a igualdade de oportunidades em todos os sectores de educação. Promover a melhoria quantitativa e qualitativa do conhecimento de línguas da União Europeia, especialmente as menos utilizadas e ensinadas, de forma a reforçar a compreensão e a solidariedade entre os povos da União Europeia, promover a dimensão intercultural da educação e a cooperação e a mobilidade no domínio da educação, incentivar à inovação e desenvolvimento de práticas pedagógicas e de materiais didácticos, incluindo, se for o caso disso, a utilização de novas tecnologias e a exploração de temas do interesse da política comum no domínio da educação, são os objectivos principais deste programa. (*Decisão n.º 253/200/CE de 24 de Janeiro*).

Esta mobilidade tem sido um sucesso em quase todos os países da União Europeia e a evolução do número de participantes que, ao longo dos anos tem vindo a crescer, é uma prova da importância destes programas.

Estudantes procuram cada vez mais outros países para descobrir novas formas e novos métodos de estudo, investigação e ciência.

Há também um continuado interesse, por parte das Instituições de Ensino Superior portuguesas, em participar no ERASMUS, demonstrado nos contratos institucionais e na expansão das mobilidades.

O ERASMUS vocacionado para o Ensino Superior foi criado em 1987. O nome surgiu do filósofo, teólogo e humanista Erasmus de Roterdão. Viveu e trabalhou em várias regiões da Europa e procurou sempre o conhecimento e a experiência que o contacto com os outros lhe poderia dar.

Este programa encontra-se aberto a todas as Instituições do Ensino Superior, embora seja mais utilizado pelas “Universidades”. As Universidades que desejem receber Erasmus para bolsas de mobilidade de estudantes e de docentes devem candidatar-se a esse financiamento. Este apoio é gerido pelas Agências Nacionais (AN) designadas pelos países participantes.

Na questão dos países de destino dos estudantes portugueses temos os países de expressão latina, Espanha e Itália como destinos mais procurados. Esta situação poderá ser explicada com aspectos como as fortes relações geopolíticas, linguísticas e históricas, entre Portugal e estes países. A Espanha tem ainda a proximidade geográfica e a semelhança do nível de vida.

Esta mobilidade de estudantes constitui um forte progresso. O alargamento de horizontes, o fim de fronteiras culturais e linguísticas, contribui para a partilha de valores, experiências, cruzamento de identidades que promovem e levam à diversidade cultural como riqueza universal.

A mobilidade turística educacional como passo de procura de novas ideias e experiências, potencia a inovação e criatividade, levando a uma Europa mais competitiva mais forte e dinâmica.

1.4.1 Educação Não-Formal

Com a organização das sociedades, desde cedo se concluiu da necessidade de instituir regras, normas de conduta, hierarquias. Os povos sentiram necessidade de ter culturas e *praxis* comuns e foi a educação formal a forma encontrada para transmitir e conseguir atingir tal objectivo.

Por educação formal deve entender-se a educação que é desenvolvida com conteúdos previamente demarcados e com comportamentos pré-determinados, com formadores profissionais, os professores. O espaço desta educação é a escola ou outras instituições regulamentadas por lei e organizadas segundo directivas nacionais. Neste tipo de educação, há objectivos estabelecidos que cada professor deve tentar prosseguir para que o cidadão a formar os atinja durante todo o processo de formação, tornando-se assim um cidadão activo, com habilidades e competências várias adquiridas nas diversas variantes ou disciplinas de formação.

Com o decorrer dos tempos concluiu-se que a educação não formal, feita fora da escola desempenha, cada vez mais, um papel muito importante.

As vivências das crianças, adolescentes e adultos em sociedade trazem novos conhecimentos e aptidões para utilização futura, contrapondo-se assim à educação formal transmitida nas escolas e outras instituições.

Com a massificação dos órgãos de comunicação social (jornais, rádios e televisões) a informação consumida é cada vez maior e, mais recentemente, a internet veio aumentar exponencialmente as fontes e os conteúdos.

As crianças e os jovens, quando se integram nos sistemas de Educação Formal, já são detentores de muita informação adquirida de uma forma informal, o que coloca hoje grandes problemas à transmissão da educação formal, pois os formadores não estão muitas vezes preparados para lidar com formandos detentores de uma grande informação previamente adquirida. A educação formal corresponde ao sistema educativo de um país, a educação informal às vivências de cada um na sua vida diária.

Em 2000 a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, adopta a recomendação 1437 sobre *Educação Não - Formal* “incitando todos aqueles que dão forma às políticas educativas a tomar conhecimento da *educação não – formal* como parte essencial do processo educativo...” e “interpelando os governos e outras autoridades competentes dos Estados-membros a reconhecer a *educação não - formal* como um parceiro de facto no processo de aprendizagem ao longo da vida...”

Em 2003 o Comité de Ministros do Conselho da Europa reconhece a educação não formal como parte integrante e fundamental da educação em geral e da formação vocacional.

Em 2004 a Comissão Europeia reconhece que “ no contexto do princípio da aprendizagem ao longo da vida, a identificação e a validação da aprendizagem não formal e informal têm por finalidade tornar visível e valorizar todo o leque de conhecimento e competências detidos por uma pessoa, independentemente do local ou da forma como foram

adquiridos. A identificação e a validação da aprendizagem não formal e informal têm lugar dentro e fora do ensino e formação formais, no local de trabalho e na sociedade civil”. (COM (2004), 9600/04, p.2).

Em Portugal, podemos encontrar algumas práticas educativas associadas à educação não formal, levadas a cabo pela sociedade civil e com diversas formas como seminários, workshops temáticos, trabalhos e visitas de campo, programas e projectos especiais, de temas pertinentes como o ambiente, o património, a saúde, a cultura etc.

Não existe uma definição concreta de educação não formal, pois associa-se a tudo o que se aprende fora da escola. É vista como educação complementar e útil à educação formal da escola tradicional. Pode-se dizer que esta educação é aquela que “os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertença e sentimentos herdados (...) é aquela que se aprende “no mundo da vida” (Gohn, p. 28), distinguindo-se da educação formal porque esta *“tem lugar nas escolas, colégios e instituições de ensino superior, tem currículos e regras de certificação claramente definidos” e a educação não-formal é acima de tudo um **processo de aprendizagem social**, centrado no formando/educando, através de actividades que têm lugar fora do sistema de ensino formal e sendo complementar deste”*. (Pinto, 2005)

Podemos dizer que este tipo de educação complementa o sistema educativo e por isso pode ser desenvolvido também dentro da própria escola e pode-se mesmo dizer que a escola, vendo a importância deste tipo de aprendizagem, se apoderou dele, colocando desafios aos alunos fora das aulas tradicionais e nos tempos livres ou férias escolares. A escola que, por definição, transmite uma educação formal acaba por apoderar-se da educação não formal fazendo uso dela nos tempos livres dos alunos.

A educação não formal, como já deixamos perceber acima, é, apesar do nome, também estruturada e baseada em objectivos educativos, é alvo de um processo de avaliação e tem actividades previamente preparadas e implementadas por educadores qualificados e, embora possa parecer não estruturada, ela é fortemente estruturada e conduzida de acordo também com objectivos pré-determinados.

A educação não formal exige fortemente os valores éticos e sociais, mas também os direitos humanos, a tolerância, a geracional, a igualdade de oportunidades, a cidadania democrática e a aprendizagem intercultural, entre outros. Na educação não-formal o principal

objectivo a atingir é a cidadania, no sentido da formação e da participação activa do cidadão na sociedade ou grupo em que se insere.

No processo de globalização em que o mundo actualmente se move a experiência, as actividades extracurriculares, as viagens, o conhecimento de povos, de línguas e de culturas, fazem parte da educação não formal e vão também determinar a avaliação e a escolha de cada um. Quanto maior for o grau de educação não-formal, maior é a capacidade de ouvir, de conhecer, de perceber e de se adaptar, de liderar, de coordenar, e, por isso, os seus detentores são os preferidos e os mais escolhidos e o seu curriculum mais apreciado. A educação não formal assume neste momento uma importância extraordinária em todos os campos da vida.

Capítulo II

MOBILIDADE

1.1 Mobilidade na História

Longe vão os tempos em que gerações nasciam, viviam e morriam sem ultrapassar a linha do horizonte.

Com o passar dos tempos as populações tiveram necessidade de se deslocar para sítios mais propícios à sua sobrevivência e à satisfação das suas necessidades.

As sociedades recolectoras começaram a alargar o seu raio de influência pela necessidade de mais alimento, pelo aumento da população e pelo esgotamento dos recursos. Aí iniciou-se a mobilidade que faz parte estruturante da natureza humana. Podemos dizer que esta é uma característica que acompanha o homem desde os primeiros tempos. Não será por acaso que se diz que as vias romanas, por exemplo, são “vestígios milenares” decalcando “traçados eternos”. Com efeito, estas vias seguem muitas vezes os caminhos e veredas já seguidos pelos construtores pré-históricos dos dólmenes (Vaz, 2004).

A evolução e desenvolvimento dos estados, nações, regiões não tem sido uniforme quer pelas condições naturais (clima, fertilidade do solo...), quer pela localização geográfica (proximidade do mar e dos rios, etc., ...) e ainda por outros factores como o maior ou menor grau de empreendedorismo das populações.

Diz-se muitas vezes que na época da formação das Nações, ou seja na Idade Média, o homem viajava pouco e estava mais no centro onde nascia. No entanto, esta é a época das peregrinações aos centros religiosos europeus, (Santiago de Compostela, Roma, Meca...), é a época das Cruzadas e da Reconquista peninsular, é a época da criação das feiras e consequentes deslocações para longas distâncias o que prova que afinal o homem medieval era um verdadeiro viajante, como já foi referido, ao fazer a breve síntese da história do turismo.

O homem medieval viajava muito e isso reflecte-se até nos documentos e cartas régias quando os Reis e senhores obrigam as populações a manter os caminhos transitáveis.³

O aparecimento das universidades em plena Idade Média foi outro factor que levou a uma grande mobilidade das pessoas que tinham que se deslocar para poderem frequentar as aulas de um determinado mestre e é bem conhecido o acompanhamento que os alunos faziam de um mestre sempre que este resolvia mudar de localidade para ensinar.

Religião, comércio, educação e cultura eram as razões que obrigavam o homem medieval a deslocar-se constantemente.

Com o Renascimento, o homem passa a deslocar-se essencialmente por razões de conhecimento e cultura. No primeiro âmbito podem integrar-se as viagens marítimas dos Portugueses que levavam sempre nas suas expedições cientistas que anotavam as novidades que iam encontrando pelas terras que iam descobrindo. Por outro lado, a cultura dos homens do Renascimento, ansiosos por conhecer todo o passado clássico leva-os às viagens para a Grécia e Roma e a todos os sítios onde se soubesse que os clássicos tinham estado. Não são apenas os novos sítios descobertos pelos Portugueses e Espanhóis que são alvo da curiosidade e de viagem mas é também o passado e a sua interpretação muitas vezes fantasiosa.⁴

A mobilidade dos Portugueses é crónica e teve vários ciclos ao longo da nossa História, como é conhecido e foi bem demonstrado por Joel Serrão no seu livro, *A Emigração Portuguesa*.⁵

Para só nos referirmos ao século XX, quem não se lembra do êxodo da população Portuguesa para zonas mais ricas e desenvolvidas nas décadas de 50, 60 e 70, com saídas da província (interior) para o litoral, da metrópole para as ex-colónias (em especial para Moçambique e Angola)? Essas décadas, do pós II Guerra foram as de maior emigração da nossa história, do país para o estrangeiro, em especial para França e Alemanha, em processo de reconstrução devido à guerra por que tinham passado e também para os Estados Unidos da América, em grande *boom* de desenvolvimento com o apoio que estavam a dar à Europa.

³ A este propósito podem ver-se, por exemplo, C. A. Ferreira de Almeida, *História da Arte em Portugal - O Românico*, 1.ª Edição, Editorial Presença, Lisboa, 2001 e a carta de feira de Vouzela dada por D. Dinis onde os povos são obrigados a manter transitáveis os caminhos de acesso à vila por alturas da feira.

⁴ Como se sabe, existe muitas bibliografia sobre os descobrimentos portugueses, mas a este propósito, pode ver-se, por exemplo, o livro de Joaquim Barradas de Carvalho, *Da História-crónica à História-ciência* e sobre a evolução das viagens e da interpretação do património encontrado ou descoberto e a sua relação com o turismo, o livro coordenado por Stella Maris Murta e Celina Albano, *Interpretar o Património: um exercício do olhar*, Edição da Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2005.

⁵ Joel serrão, *A Emigração Portuguesa*, Livros Horizonte, Lisboa, 1978.

Ao mesmo tempo, o país fechava-se sobre si próprio e podemos dizer que, durante décadas, Portugal esteve fechado sobre si mesmo não acompanhando o movimento dinâmico vivido por outras cidades e países do resto do mundo nomeadamente da Europa. Refiro-me à moda, à arte, à literatura, a novas ideias políticas e sociais que varriam a Europa e outros pólos desenvolvidos do mundo.

Ao poder instituído em Portugal até ao 25 de Abril de 1974 não interessavam estas influências que iriam agitar consciências e vontades.

Mais recentemente, em especial após a revolução de 25 de Abril de 1974, este fluxo diminuiu pois as condições económicas, sociais e políticas sofreram uma assinalável mudança registando-se níveis de desenvolvimento nunca antes sentidos.

Com a democratização do ensino, após o 25 de Abril, a mobilidade fez-se sentir na camada estudantil de uma forma exponencial pois após o 1.º ciclo era imperiosa a deslocação para a vila ou cidade e no ensino superior essa mobilidade era para os grandes centros urbanos, Lisboa, Porto e Coimbra, os únicos centros universitários do país. Durante a década de oitenta, o aparecimento do Ensino Politécnico em substituição das Escolas do Magistério e o nascimento de novas universidades (Aveiro, Trás-os-Montes, Beira Interior, Algarve, Évora) trouxe este nível de ensino para outras localidades, contribuindo para a fixação das populações e para um forte desenvolvimento desse tipo de ensino e para a evolução positiva das povoações.

Com a revolução de 1974, Portugal abriu-se ao mundo e pela proximidade geográfica à Europa. Reflexo desta abertura e desta aproximação foi o projecto «Inter-Rail», pioneiro na Europa. Este projecto permitia aos seus utentes (por norma jovens estudantes do ensino superior) percorrer toda a Europa Ocidental com um único bilhete entrando e saindo onde se pretendesse durante um período de tempo (por norma um mês no verão).

Com a entrada de Portugal na C.E.E. (hoje União Europeia) e com a abolição de fronteiras, para os Europeus, este movimento ampliou-se e estendeu-se a outras camadas etárias e extractos sociais.

Dentro do país, o projecto de turismo social do Inatel muito tem contribuído para este desiderato pois muitos milhares de pessoas (mais velhas) têm ido ao estrangeiro em férias e lazer.

Alguns organismos como o Ministério da Ciência (Ensino Superior) e o Instituto Português da Juventude (ex-FAOJ – Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis) têm participado na organização de projectos de âmbito Europeu que têm possibilitado a

mobilidade em especial dos jovens pois é este o escalão etário mais receptivo a estes projectos e que tem efeito mais reprodutivo.

O Instituto Português da Juventude (desde a entrada de Portugal na União Europeia) gere o programa Europeu, hoje denominado «Juventude em Acção» (já teve vários nomes) que possibilita o intercâmbio entre jovens de países diferentes integrados em associações. Este projecto tem possibilitado a jovens o contacto com realidades diferentes, com grande parte da atenção voltada para os aspectos culturais e sociais.

O ensino superior disponibiliza projectos como o *Erasmus*, *Sócrates* e *Leonardo da Vinci*, cujo objectivo é o complemento de formação inserido numa sociedade diferente. Para além desta formação pretende-se que os jovens vivam o dia-a-dia da cidade, do país que os acolhe.

Um outro elemento ainda mais recente que tem facilitado extraordinariamente a mobilidade das pessoas é o aparecimento dos voos «Low Cost».

A mobilidade é portanto algo irreversível e que está na agenda de todos. A experiência das últimas décadas tem provado as vantagens inerentes ao incremento da mobilidade como forma do desenvolvimento se fazer numa forma mais harmoniosa num espaço geográfico cada vez mais alargado até à escala global.

1.2 Programas de Mobilidade na UE

No artigo 149 do tratado de Maastricht, assinado em 1993, o conceito “juventude” aparece no “campo” da política europeia. Pode-se dizer que foi aqui que a União Europeia começou a estimular os intercâmbios entre jovens dos diferentes países e a troca de práticas de educação.

De forma a incentivar a participação na construção europeia e a adesão à acção comunitária, em 1995, num momento em que as sociedades passaram por mutações e nível cultural, social e económico com tentativas fortes de integração e de globalização europeias, encontrou-se também a marginalização, a discriminação, a desmotivação pessoal e ainda a exclusão e por isso tornou-se imperioso promover a participação, a experimentação, o conhecimento, a criação de aprendizagens de liberdade, e as respostas à solidariedade e à valorização de potencial humano, a União Europeia, criou o “**Programa Juventude**

Educação e Cultura”. Ao mesmo tempo foi editado um *Guia do utilizador* deste programa que é facultado a jovens e entidades com toda a informação relativa ao Programa.

Este Guia editado pela Comissão Europeia não é vendável e destina-se a informar um vasto leque de jovens e agentes que intervêm no domínio da juventude e facilitar o acesso à informação, sensibilizando-os para desafios e possibilidades do Programa.

Este Programa foi um instrumento privilegiado na promoção da política de cooperação no domínio da Juventude. O seu principal objectivo foi contribuir para o processo educativo dos jovens, através de uma educação informal. A forma encontrada no programa foi a realização de actividades de intercâmbio, favorecendo a emergência e consolidação do trabalho da juventude e nível local, e o acesso dos desfavorecidos a estas actividades.

Ofereceu oportunidades na construção da Europa e do cidadão europeu, contribuiu para uma Europa mais solidária e respeitadora de diferenças.

Ofereceu cooperação entre estruturas dos estados-membros, intercâmbio, e informação aos jovens em matéria de juventude.

O Programa “Juventude para a Europa” alargou as possibilidades aos jovens de contactarem com a Europa, e de participarem na sua construção como cidadãos activos e responsáveis. Nesta participação e nesta sua acção, a educação não formal foi a base de todo o Programa.

Os intercâmbios, através da mobilidade juvenil, foram o primeiro contacto com a realidade europeia, foram um instrumento de promoção na compreensão da diversidade europeia e no seu valor.

O Programa Juventude para a Europa teve a sua vigência entre 1995 e 1999.

Em 2000 entrou em vigor o Programa “Juventude”, bem explicado num guia feito propositadamente: *Divulgação no Guia do Utilizador – Agência Nacional do Programa Juventude*.

Continuou os objectivos vindos de trás, alargando, no entanto, o seu âmbito de acção.

Este programa proporcionou igualmente a mobilidade e a participação na construção da Europa do terceiro milénio, mas visou sobretudo concretizar uma “Europa do conhecimento”, de um espaço europeu de cooperação na concepção de uma política de juventude assente cada vez mais na educação não formal.

Este Programa Juventude não pretendeu ser uma iniciativa comunitária isolada. Juntou os programas SOCRATES e LEONARDO DA VINCI na formação e educação (*Guia do Utilizador – Agência Nacional do Programa Juventude*). *Este Programa é executado em cada*

País pela Agência do Programa, descentralizada, para trabalhar mais estreitamente com os beneficiários e se adaptar às realidades de cada país. Esta agência promove e executa o programa (que abaixo é explicado) a nível nacional e é elemento de contacto entre a Comissão Europeia, os promotores a nível nacional, regional e local, e os próprios jovens.

A Comissão Europeia criou ainda uma rede de informação EURODESK, com todos os estados-membros, especializada em informação destinada aos jovens.

Até 2001 a execução de actividades no domínio da juventude foram feitas com programas como o *Juventude para a Europa*, já atrás mencionado.

Tendo sempre por base o alargamento dos apoios e debates na área da juventude, foi criado em 2001, o Livro Branco sobre a juventude. Neste livro estavam as propostas para aumentar a cooperação em quatro áreas prioritárias: participação, informação, actividades de voluntariado e maior conhecimento e compreensão da juventude em geral. Estas orientações são as mesmas orientações -base do Instituto Português da Juventude também em políticas de juventude, pelo que se pode dizer que este segue as normas europeias.

A desmotivação dos jovens teve aqui a resposta para a sua participação mais activa nomeadamente na vida pública, indo de encontro ao que eles procuram.

Em 2002 o Conselho da União Europeia, estabelece um quadro de cooperação o domínio da juventude. Mais tarde, em 2005 é actualizado para o chamado “Pacto Europeu da Juventude”.

Este Pacto tem três vertentes fundamentais, cidadania activa dos jovens, integração social e profissional, dimensão da juventude noutras políticas.

Para além destas vertentes, a EU incentiva à mobilidade e ao reconhecimento de experiências não – formais de aprendizagem, que estão explanadas ao longo deste trabalho.

Em Janeiro de 2007, apareceu o Programa “Juventude em Acção”, em substituição do Programa Juventude, (*Conforme Guia do Programa – Agência Nacional do Programa Juventude em Acção*) com novas acções e novos objectivos já pretendendo alcançar o que não conseguia, deixa de lado o Sócrates e Leonardo da Vinci e Erasmus uma vez que são na área da formação e Educação em Universidades. O Programa Juventude em Acção é um Programa da União Europeia para os jovens. Tem como objectivo estimular o sentido activo da cidadania europeia, a solidariedade, a tolerância entre os jovens europeus e envolvê-los na construção do futuro da União. O Programa promove a mobilidade dentro e fora da s fronteiras da EU, a educação não formal e o diálogo intercultural, e encoraja a inclusão de todos os jovens, independentemente da sua origem educacional, social ou cultural. Até 2000,

o programa chamava-se Programa Juventude, já atrás referido e incluía os Programas Sócrates e Leonardo da Vinci acima mencionados. Depois de 2000, estes dois, deixaram de estar integrados neste Programa e passaram a ser programas das Universidades e do ensino superior ligados a estas instituições e por elas promovidos.

Faziam parte da Acção 4 do Programa Juventude, chamada “Acções Conjuntas”, o “Sócrates” para a educação formal superior de adultos e o “Leonardo da Vinci” para a formação profissional.

Esta estratégia, designada de investir e mobilizar, engloba acções a curto e longo prazo nas áreas que afectam os jovens como, o emprego e educação, a criatividade e o empreendedorismo, a inclusão social, a saúde e o desporto, a participação cívica e o voluntariado.

Os objectivos são criar mais oportunidade na educação e no emprego, melhorar o acesso e a plena participação de todos os jovens na sociedade e promover a solidariedade entre os jovens e a sociedade.

Atendendo a que os estudos revelam que os jovens são hoje 20% da população e que em 2050 segundo projecções serão 15%, a atenção para com eles deverá ser maior por parte dos governantes. São o futuro e o capital humano onde investir.

A estratégia da EU foi adoptada segundo o estudo feito na juventude dos vários países, e o que seriam as suas preocupações.

Apostar na juventude como recurso precioso, é a estratégia política europeia da juventude.

1.3 Mobilidade de Jovens

Ao falarmos de “Campos de Trabalho Internacionais” estamos já a falar de associações e outras entidades que sem qualquer “negócio turístico” trazem ao nosso país centenas de jovens de vários países europeus.

O associativismo mostra também a sua capacidade de promover e desenvolver a sua região e a sua intervenção social como prática das suas actividades.

O Instituto Português da Juventude ao apoiar estas associações com este e outros programas está a incentivar a desenvolver cultural e socialmente regiões onde temas e culturas que vêm pela mão destes jovens dificilmente lá chegariam de outro modo.

As associações já não estão ligadas a conotação de classes populares e rurais, hoje têm acesso a programas, educação, cultura, *sites*, *links*, internet ao estalar de um dedo.

É muitas vezes nas associações que jovens sem oportunidades conseguem desenvolver múltiplas capacidades que lhe desenvolvem a mente e o espírito.

Foi também com o desenvolvimento e a evolução das actividades lúdicas e culturais que muitos jovens perceberam a realidade e deram provas das suas capacidades e das suas opções.

Nas associações, muitos jovens puderam integrar-se socialmente e ter um papel fundamental na nossa sociedade.

Vamos então perceber como é que as associações promovem o turismo e conseguem desenvolver projectos neste âmbito.

Hoje não se fala de turismo por si só, mas numa análise mais alargada a um conjunto de actividades onde se pode traduzir a divulgação e promoção de um lugar, um produto, uma cultura, um património, mas sobretudo a sua preservação. Com efeito, sem o movimento associativo que nasceu em Portugal após o 25 de Abril, cremos que muitas tradições e muito do património português, sobretudo o imaterial teriam desaparecido completamente sem deixar rasto.

É neste contexto que se pode afirmar que muitas associações praticam actividades promotoras do turismo em Portugal.

São as associações que têm mantido um papel importante na dinamização e promoção de actividades com os jovens e para os jovens. São elas que realizam projectos de mobilidade como os Campos de Trabalho Internacionais particularmente no Verão. Estas actividades não são consideradas turismo na verdadeira acepção da palavra, mas constituem uma alternativa às agências de viagem e programas de viagens por si só.

Vão muito para além do turismo, pois contribuem para uma aprendizagem e uma forma de aprender o mundo e as pessoas, para a formação pessoal e cultural dos jovens num processo educativo de forma informal.

Ao promoverem campos de trabalho sazonais, as associações também integram os jovens com menos oportunidades e proporcionam uma forma de turismo de lazer que não teriam de outra maneira, mas proporcionam também a mistura com outros jovens de outras classes e com outros recursos, num intercâmbio de ideias e experiências sempre importantes em idades de formação.

Para estes jovens é também importante a facilidade e a organização que as associações colocam nesta mobilidade. Os projectos e os programas são previamente organizados pela associação promotora, normalmente com alimentação, alojamento e viagens que facilita aos jovens a sua participação. Tudo é proporcionado de acordo com as possibilidades da associação que organiza, mas com a qualidade mínima exigida.

No circuito da mobilidade e do turismo juvenil, têm um papel importantíssimo as Pousadas da Juventude e os Parques de Campismo, pois é uma forma de os jovens fazerem turismo a baixo custo. Quer umas quer outros têm uma boa relação preço/qualidade o que faz com que hoje os jovens se possam deslocar com facilidade por toda a Europa, pagando preços acessíveis às suas bolsas, mesmo fora dos circuitos dos campos de trabalho. E não se deve esquecer que este aspecto económico é relevante, pois os jovens têm poucos recursos. Este turismo é de forma objectiva no interesse destes jovens e não no lucro que poderá haver em sua volta.

O fundamental nesta mobilidade é de facto a divulgação e promoção do espaço, do património e da cultura, e nos campos de trabalho isto é ainda mais reforçado, uma vez que a associação promotora organiza totalmente as actividades na comunidade onde se encontra ou em terreno à sua volta.

Da experiência que tenho em lidar com estes projectos e com estes jovens, retenho alguns aspectos que me parecem fundamentais para este estudo. Estes jovens são jovens que se interessam pela cultura pela diferença, pelo saber, são estudiosos, formados, à procura de mais informação. São adultos, já com mais de vinte anos, que buscam a alegria da partilha com outros, que gostam da aventura, de conhecer pessoas e culturas diferentes.

Num momento em que tanto se fala de globalização, os jovens querem estar dentro do mundo e de tudo. No entanto, apesar da globalização ou por causa dela, são as diferenças que os movem e são as culturas diferentes que mais procuram. Para eles a novidade é o mais importante.

Num testemunho de quem organiza e participa em todos os Programas de Mobilidade Internacional fica aqui registada a sua opinião sobre a aprendizagem que tem feito.

“Enquanto ex-participante, e mais recentemente, organizadora deste tipo de projectos (que são verdadeiras experiências de vida!) acrescento que é um prazer, um privilégio poder fazer parte, catalisar e acompanhar os jovens nestas experiências, e vê-los (por vezes inesperadamente) florescer e crescer. Arrisco ainda a dizer. Que, para alguns, estas

experiências representam o início de uma nova forma de perspectivar o mundo a vida. Por isso, instituições e associações: façam projectos! Jovens: Informem-se junto das associações, escolas, Instituto Português da Juventude e aproveitem as oportunidades que surgem!

Helena Pinto – Psicóloga

É nesta consciencialização do mundo e mais concretamente da Europa que os jovens fazem a sua aprendizagem não – formal, sua experiência educativa, desenvolvem as suas competências pessoais e sociais, se adaptam a novas formas a novas culturas, e a novos contextos.

1.4 – Movijovem – Agência de Turismo Jovem Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada

Não podemos falar de Mobilidade Nacional e Internacional de jovens sem falar na Movijovem e mais directamente ainda das Pousadas da Juventude.

A Movijovem é uma Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, constituída por tempo indeterminado, em 30 de Agosto de 2001, sendo também cooperativa de solidariedade social.

Fazem parte dela algumas entidades públicas e privadas, entre as quais o IPJ, Instituto Português da Juventude e a Associação de Utentes das Pousadas da Juventude, como membros fundadores, conforme os estatutos publicados em *Diário da República*, nº 242 de 18 de Outubro de 20001, III série.

O seu objectivo principal é promover, apoiar e fomentar acções de mobilidade juvenil na vertente social, possibilitando aos jovens portugueses, em especial aos mais desfavorecidos, um contacto mais directo com a realidade e o património cultural, histórico e natural do país.

Desenvolve ainda acções que estimulem a mobilidade, contribuindo para a formação dos jovens e o reforço dos seus laços culturais.

Cabe ainda à Movijovem construir estruturas de acolhimento e alojamento para jovens, as chamadas e conhecidas Pousadas da Juventude.

As Pousadas da Juventude permitem que os jovens possam passar alguns dias em infra-estruturas que tem uma relação qualidade/preço compatível com o agrado dos seus utentes.

Existem hoje edifícios modernos com comodidade e conforto como qualquer hotel de médio porte. As Pousadas são espaços agradáveis, coloridos e bem equipados onde qualquer

pessoa pode passar uns dias bem acomodado, desde que possua cartão de alberguista, que pode ser individual ou de grupo.

Esta qualidade leva a uma procura enorme por parte de juventude, nacional e estrangeira, que tem menos recursos mas que gosta de viajar e conhecer o país.

A Movijovem faz também protocolos com o Estado permitindo que jovens com ainda menos recursos possam permanecer e desfrutar de outros lugares diferentes.

Celebra ainda protocolos com entidades internacionais e é membro de organizações europeias e internacionais que prestam apoio e informação aos jovens em vários âmbitos e interesses, mas sempre afins da Movijovem. Fazem parte deste grupo, a EYCA (European Youth Card Association), EUFED (European Union Federation of Youth Hostel Associations), entre outras.

Estabelece ainda parcerias e intercâmbios regulares com entidades estrangeiras que permitem o reforço de laços de cooperação, desenvolvendo programas e actividades conjuntas de interesse mútuo.

Como podemos ver, a Movijovem é mais um instrumento de Mobilidade Internacional que tem como principal função prática a divulgação e promoção do Turismo e património português.

Todo e qualquer jovem pode passar dias de férias, de formação, de trabalho profissional nas Pousadas de Juventude.

As Pousadas têm neste momento infra-estruturas capazes e modernas. São edifícios que vão de encontro aos jovens, com linhas modernas e cores cativantes. O preço torna fácil a permanência nestas estruturas jovens que têm no início de vida dificuldade em pagar preços elevados. A Mobilidade Juvenil Internacional tem aqui o apoio necessário para o sucesso.

Deixamos a lista das pousadas da juventude existentes no país e por ela vemos que existe uma boa cobertura de todo o território nacional, incluindo os Açores e a Madeira.

POUSADAS DA JUVENTUDE

Lista de Pousadas

Norte

Foz Côa

Guimarães

Ponte de Lima

Vila Nova de Gaia
Alijó
Bragança
Melgaço
Vilarinho das Furnas
Espinho
Foz do Cávado
Navio Gil Eanes
Viana do Castelo
Braga
Porto
Vila Real

Centro

Guarda
Idanha-a-Nova
Lousã
Mina – Fundão
Penhas da Saúde
São Pedro do Sul
Mira
Ovar
Aveiro
Castelo Branco
Coimbra
Viseu

Grande Lisboa

Leiria
Abrantes
Alvados - Porto de Mós
Alfeizerão – São Martinho do Porto
Areia Branca

Catalazete – Oeiras

Almada

Lisboa

Parque das Nações

Setúbal

Alentejo

Beja

Évora

Portalegre

Almograve

Algarve

Alcoutim

Arrifana – Aljezur

Faro

Lagos

Portimão

Tavira

Ilhas

Calheta

Pico

Santana

Angra do Heroísmo

Porto Moniz

Porto Santo

Funchal

Ponta Delgada

CAPÍTULO IV

CAMPOS DE TRABALHO INTERNACIONAIS ENQUADRAMENTO

1.1 – IPJ - Instituto Português da Juventude

Em 30 de Abril de 1974 foi criado o Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis, designado então por FAOJ. Esta criação deveu-se à necessidade que na altura a Junta de Salvação Nacional teve em reajustar as estruturas de apoio aos jovens e dos seus tempos livres. Extinta a Mocidade Portuguesa, organização juvenil do Estado Novo, em 25 de Abril de 1974, ⁶foi necessário proceder à sua substituição por outro organismo que tivesse a seu cargo o estímulo de actividades juvenis, visando a ocupação dos seus tempos livres, a sua formação cívica e cultural, a sua participação na sociedade e também a sua integração social.

O FAOJ, Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis viria a ser substituído pelo Instituto da Juventude em 1988,⁷

A existência de dois serviços, o Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis, virado para o Associativismo Juvenil e a Direcção – Geral da Juventude que executava a política de juventude foram fundidos num só Organismo, o Instituto Português da Juventude. O Instituto da Juventude foi assim dotado de maior capacidade de resposta face às novas funções e actividades que surgiram. Esta nova estrutura mais flexível, tem maior capacidade de coordenar actividades múltiplas para os jovens e responde às solicitações cada vez maiores da juventude e, por outro lado, da participação de Portugal a nível Europeu acresce também a necessidade de um único organismo mais forte e mais preparado que, com rentabilização de recursos disponíveis e uma maior eficácia na coordenação, vai de encontro a uma melhor realização dos objectivos propostos.

Mais recentemente, em 3 de Maio de 2007, através do Decreto-Lei nº 168/2007 foi feita a reestruturação do Instituto Português da Juventude.

⁶ Decreto-lei nº 191/74 de 30 de Abril

⁷ Decreto-lei nº 483 de 26 de Dezembro de 1988

O IPJ, Instituto Português da Juventude, I.P é um Instituto Público integrado na administração do Estado, dotado de autonomia administrativa e património próprio. O IPJ, I.P, prossegue as atribuições da Presidência do Conselho de Ministros, sob a superintendência e tutela do primeiro-ministro ou de outro membro do Governo integrado na Presidência do Conselho de Ministros.

O IPJ, I.P, é um organismo central com jurisdição sobre o território continental, tem sede em Lisboa. A nível Regional funcionam serviços desconcentrados, designados Direcções Regionais do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve. Pode ainda assegurar pontos de atendimentos aos jovens, directamente ou mediante protocolos a celebrar com as autarquias locais.

O IPJ, I.P, tem por missão apoiar a definição, execução e avaliação da política governamental da Juventude, procedendo à sua concretização e promovendo a participação dos jovens em todos os domínios da vida social.

São atribuições do IPJ, I.P, apoiar a definição da política para a juventude, designadamente, através da adopção de medidas de estímulo à participação cívica dos jovens em actividades sociais, culturais, educativas, formativas, científicas, cívicas e económicas.

O IPJ, I.P, acompanha a execução das políticas públicas com incidência na juventude, nomeadamente nas áreas do emprego e formação profissional, habitação, educação e ensino superior.

São ainda atribuições do IPJ:

Apoiar as associações de jovens, os grupos informais de jovens, entidades equiparadas a associações e outras organizações sem fins lucrativos que prossigam fins e actividades a favor da juventude, nos termos da lei.

Comparticipar financeiramente nos programas de apoio desenvolvidos no âmbito da Lei do Associativismo Jovem, como determina a *Lei 23/2006 de 23 de Junho*.

Conceber, criar e implementar programas destinados a responder às necessidades e especificidades dos jovens, nomeadamente nas áreas de ocupação de tempos livres, do voluntariado, do associativismo, da educação não formal e formação.

Criar mecanismos de estímulo e apoio à capacidade de iniciativa e ao espírito empreendedor dos jovens.

Criar mecanismos de apoio ao bem – estar integral dos jovens através de acções de sensibilização e aconselhamento, nomeadamente nas áreas da saúde, condutas de risco, actividade física e desporto e ambiente.

Promover, criar e desenvolver mecanismos de intercâmbio para jovens, incentivando a sua participação em organismos comunitários e internacionais e em projectos de cooperação e desenvolvimento social e económico.

Manter actualizado um registo dos objectores de consciência ao serviço militar.

Organizar, quando necessário, o serviço cívico dos objectores de consciência ao serviço militar, elaborando e mantendo um ficheiro dos organismos disponíveis para receber prestadores do serviço cívico, seleccionando e classificando os objectores com vista à sua posterior colocação, promovendo a colocação, acompanhamento e formação dos objectores de consciência e assegurando os procedimentos necessários em caso de recusa ou abandono da prestação de serviço cívico.

Informar acerca do estatuto de objector de consciência ao serviço militar e dos direitos e deveres dele decorrente. Promove e elaboração de estudos, sectoriais e intersectoriais, sobre quaisquer matérias relacionadas com a juventude. Promove a participação dos jovens em actividades desenvolvidas no quadro internacional, nomeadamente em espaço europeu e da comunidade de países de Língua Portuguesa.

Promover o estabelecimento de parcerias com entidades públicas ou privadas de âmbito regional, nacional ou internacional com vista à prossecução das políticas de juventude. Promove a aplicação e fiscalização, directamente ou através de pessoas ou entidades qualificadas, do cumprimento das leis, regulamentos, normas e requisitos técnicos aplicáveis no âmbito das suas atribuições. Promove e apoia, em colaboração com instituições, públicas ou privadas, a realização de estudos e trabalhos de investigação, de natureza transversal, na área da juventude.

O IPJ, I.P pode ainda estabelecer relações de cooperação, no âmbito das suas atribuições, com outras entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, nomeadamente no quadro da União europeia, desde que isso não implique delegação ou partilha das suas atribuições e competências.

O IPJ – Instituto Português da juventude, IP é a entidade responsável pela implementação das políticas de juventude definidas pelo Governo.

É um organismo que apoia e estimula o associativismo, o voluntariado e a participação cívica dos jovens em actividades de carácter social, cultural, educativo, artístico, científico e desportivo, através da implementação de políticas orientadas para a formação e integração das novas gerações na sociedade, via acções concretas de educação não formal.⁸ Foram criadas em 2005 as chamadas Lojas Ponto Já, onde os jovens podem encontrar informação sobre os temas que mais os preocupam como, empreendedorismo, ocupação de tempos livres, cidadania, formação, mobilidade, e actividades de carácter geral.

1.2 Lojas Ponto Já

A Comissão Europeia promove novas formas de modernização da acção pública europeia, que assenta em cinco princípios fundamentais: abertura, participação, responsabilidade, eficácia e coerência. A informação é considerada como elemento chave da política de juventude, transversal às áreas da nossa sociedade (6).

É no sector da juventude que estes princípios deverão aplicar-se por excelência.

A União Europeia propõe para tal, o desenvolvimento de iniciativas no domínio da informação dirigida à juventude.

Também obriga as instituições e os profissionais a estarem cada vez mais preparados para dar respostas eficazes às novas solicitações. Muito mais quando se fala de jovens.

A informação tem também o seu papel fundamental, é o ponto - chave da política de juventude, em todas as áreas da sociedade. Neste contexto surgem as Lojas Ponto Já⁹A

⁸ www.juventude.gov.pt

⁹ . in *Manual de Funcionamento das Lojas Ponto Já – Instituto Português da Juventude, I.P*

necessidade de reforçar a participação cívica e democrática dos jovens, e a sua integração na sociedade portuguesa, leva a que as Lojas tenham papel fundamental levando a uma sociedade de informação e conhecimento.

Foi criada uma rede de lojas que sirva os jovens em geral e dê respostas às necessidades dos jovens de todos os estratos da sociedade e níveis sócio – culturais.

A informação está em diálogo com o Portal da Juventude na disponibilização de respostas que se querem articuladas e complementares.

Dos objectivos principais das Lojas salienta-se:

- Promover e divulgar informação local, regional e internacional aos jovens;
- Recolher, seleccionar, divulgar e dinamizar a informação recebida;
- Fomentar a transversalidade dos Departamentos da Área da Juventude;
- Criar parcerias que potenciem a prestação e dinamização do Serviço;
- Promover e desenvolver os valores da cidadania;
- Promover oportunidades para os jovens;
- Promover a integração e participação dos jovens;
- Promover o aconselhamento dos jovens;
- Promover a mobilidade juvenil.

As *Lojas Ponto Já* têm regras de atendimento dos Jovens e destinam-se, preferencialmente aos jovens dos 12 aos 30 anos.

É essencial que cada jovem tenha uma resposta concreta e de qualidade à sua solicitação.

Dos serviços que as lojas disponibilizam destacam-se:

- Balcão de informação e atendimento;
- Acesso à internet;
- Comercialização;
- Utilização de equipamento informático;
- Salas de estudo;
- Biblioteca/Mediateca;
- Espaço de exposições temporárias;
- Centro de recurso jovem;
- Auto-consulta;
- Sala de reuniões;

- Sala de formação;
- Aconselhamento;
- Bar;
- Telefone público;
- Terminal multibanco.

Para todos os equipamentos existem regras de utilização específicas. Alguns exemplos;

Os materiais de Hemeroteca e biblioteca só podem ser consultados no interior da Loja ponto JÁ, as salas podem ser utilizadas com marcação prévia, não é permitido fumar dentro do espaço da Loja, a consulta de internet obedece a determinado tempo, todo o material deverá ser entregue depois de utilizado conforme o jovem o encontrou.

Na parte da comercialização existem produtos e serviços que podem ser adquiridos junto do balcão de atendimento, a saber:

- Reserva de Pousadas;
- Cartão Jovem;
- Cartão Alberguista;
- Impressão de documentos;
- Digitalizações;
- Gravação de CD e DVD;
- Publicações didácticas e interactivas.

Para além das iniciativas de âmbito nacional que serão desenvolvidas numa lógica integrada, deverá ser definido, mensalmente, um plano de actividades para animar o espaço da Loja Ponto Já.

1.3 Programas do IPJ

1.3.1 OTL Ocupação dos tempos Livres

Pretendendo levar a cabo os objectivos e a Missão que se propõe o IPJ cria e promove alguns Programas que vão de encontro a tal atribuição e Missão, como por exemplo a

participação dos jovens em actividades de carácter social, educativo, artístico, científico e desportivo, bem como incentivar actividades promovidas ou desenvolvidas por associações.

O OTL - Programa de Ocupação de Tempos Livres, é talvez o mais antigo e o mais conhecido programa que o Instituto promove. Existe desde há várias décadas sendo um programa ocupacional realizado no verão e visando ocupar de forma saudável os tempos livres dos jovens fora do âmbito lectivo. Nesta perspectiva, foi recentemente renovado pela *Portaria 201/2001 de 13 de Março*, que regulamenta o Programa OTL - Programa de Ocupação de Tempos Livres.

Os jovens têm necessidade de ter ocupação nos seus tempos livres, de forma que haja uma prevenção de riscos. Esta ocupação visa estimular o contacto com a natureza e melhorar o seu conhecimento da realidade onde se inserem, a nível histórico, cultural e social. É assim que o Instituto Português da Juventude também promove a educação não formal, neste tipo de aprendizagem. Estas actividades potenciam a sua formação, a sua capacidade de intervenção, participação social e cívica.

Todos os anos as entidades promotoras apresentam a sua candidatura, na área que pretendem enquadrar os jovens. Esta candidatura é submetida a aprovação pelas Direcções Regionais e em cada distrito decorrerá o Programa. Todos os anos são envolvidos na Ocupação dos Tempos Livres mais de 1000 jovens em média em cada distrito.

Os projectos podem ter diferentes áreas como ambiente ou protecção civil, apoio a idosos e crianças, cultura e património, combate à exclusão social, saúde, e outras de reconhecido interesse social. Cada jovem poderá inscrever-se através da internet nos *sites* próprios (www.otl.pt e www.juventude.gov.pt) e a inscrição é baseada no seu tempo livre e na área da sua preferência.

O computador cruza os dados de cada jovem com os projectos já lá existentes e aprovados e coloca o jovem directamente.

Cada jovem tem direito, ao fim de cada participação, a um certificado de participação e a uma bolsa de 2 euros cada hora não excedendo as cinco horas diárias em cada projecto, conforme nos diz na portaria:

“O Programa de Ocupação de Tempos Livres (OTL) visa promover a ocupação saudável dos tempos livres dos jovens, orientando-os para o desempenho de actividades ocupacionais que proporcionem a conquista de hábitos de voluntariado, que permitam o contacto experimental com algumas actividades profissionais e que potenciem a capacidade

de intervenção e participação social e cívica dos jovens, contribuindo para o processo de educação não formal” – Portaria nº 201/2001, de 13 de Março.

1.3.2 Férias em Movimento

No seguimento da ocupação de tempos livres o IPJ – Instituto Português da Juventude gere o Programa Férias em Movimento - FM que foi criado também para que os jovens tenham os seus tempos livres ocupados de forma saudável. As actividades praticadas são lúdicas - formativas. As associações e entidades que promovem este programa apresentam uma candidatura via internet no site www.juventude.gov.pt, onde colocam as actividades que se propõem realizar com calendarização.

Mediante as actividades e todas as condições apresentadas, o Instituto Português da Juventude, através das suas delegações locais e regionais aprova estas candidaturas que ficarão on-line na mesma página www.juventude.gov.pt à disposição dos jovens, onde poderão fazer a escolha do projecto e realizar a inscrição. Pressupõe que o jovem fique alojado x noites (mínimo 5 noites, máximo 15 noites) com direito a alimentação, actividades e alojamento, mediante uma taxa de inscrição pré-definida pela entidade e com montante máximo fixado pelo IPJ, Instituto Português da Juventude. Nos campos de férias não residenciais o jovem tem direito a duas refeições diárias e a actividades que a entidade definiu, mediante também uma taxa de inscrição pré-definida pelas entidades e com montante máximo fixado pelo IPJ, Instituto Português da Juventude.

É um Programa que pretende que os jovens participem em actividades saudáveis e que desenvolvam o seu espírito e a sua capacidade activa e participativa. É também uma forma a ocupar o tempo de férias, sempre tão complicadas para os pais que não sabem o que fazer com os jovens em casa tanto tempo.

Está também nos objectivos deste programa a educação não formal e o desenvolvimento da capacidade criativa dos jovens.¹⁰

As Férias em Movimento têm permitido anualmente participação de um elevado número de jovens, que rondou os 9000 em 2009 e os 5000 em 2010.

¹⁰ Portaria 202/2001

1.3.3 Voluntariado

Princípios do Voluntariado

O voluntariado constitui hoje umas das grandes preocupações dos Estados e da sociedade. Através desta acção procura-se ocupar os tempos livres das pessoas, já que as tecnologias e as novas formas de trabalho deixam às pessoas muitos tempos de ócio. No fundo este princípio que dá existência ao voluntariado é o mesmo que deu origem ao turismo, pois ambos representam a ocupação dos tempos livres. O voluntariado “moderno nasce com o tempo livre, que se consubstancia com uma realidade que é estritamente económica; não nasce do tempo vazio que se emprega em actividades de evasão, nem do tempo parado, que possui a amargura da impotência, mas sim do tempo disponível” (Roca, p. 31). O voluntariado é hoje uma prática incentivada por todos os estados e que envolve milhões de pessoas em todo o mundo. Só nos Estados Unidos calcula-se que cerca de cem milhões de pessoas pratiquem alguma forma de voluntariado. A estrutura económica mundial actual levou a que ficassem de fora do sistema produtivo muitas actividades que não são propriamente lucrativas e são essas que são alvo do voluntariado em que todos podem participar, tanto podendo estar relacionadas com necessidades permanentes do ser humano, como por exemplo o apoio em hospitais, como esporádicas e temporárias, por exemplo em caso de uma catástrofe. Independentemente da forma que o voluntariado se revista, a verdade é que é comum a todo o seu carácter solidário, a acção social e a sua gratuidade. Assim, todo o cidadão é convidado a participar em projectos de voluntariado, sendo condição única disponibilizar algum do seu tempo às causas sociais. Vamos referir-nos apenas aos projectos com jovens, mas como vemos em qualquer idade o voluntariado é possível.

Podemos dizer que o Voluntariado obedece aos princípios de solidariedade, de participação, da cooperação, da complementaridade, da gratuidade, da responsabilidade e da convergência, como se diz no *art.º 6º da Lei nº 71/98 de 3 de Novembro*, referindo-se ao voluntariado jovem:

“A prática do voluntariado jovem constitui área de exercício de educação não formal, geradora de consciência cidadã e de entre ajuda. Permite reforçar os laços comunitários e o estabelecimento natural de compromissos dirigidos à resolução de problemas sociais, culturais e ambientais”. In <http://voluntariadojovem.gov.pt>

Ser voluntário equivale a “ser agente de mudança, converter a densidade das coisas em algo que é assim porque assim o fizemos, a injectar projectos na história actual” (Roca, p. 53), características estas que, podemos dizer, estão em perfeita sintonia com a juventude e com a própria definição de “ser jovem”.

O Voluntariado permite aos jovens partilhar conhecimentos, aprender através de novas experiências, conhecer novas realidades, intervir activamente na sociedade a nível local, regional, nacional e até internacional, constituindo-se como um espaço de solidariedade, de aprendizagem e de ensino, em simultâneo.

O voluntariado faz hoje parte essencial do conceito de cidadania e representa a realização suprema desse conceito e por isso o Instituto Português da Juventude criou um espaço de voluntariado onde as entidades apresentam projectos e os jovens participam, podendo escolher e inscrever-se no projecto da sua preferência. Também tem protocolos com entidades nacionais como a Segurança Social e a Administração de Saúde para projectos conjuntos.

Foram realizados já projectos como o *Voluntariado na Saúde* em que os jovens realizavam o seu voluntariado num Hospital ou Centro de Saúde, no atendimento e apoio aos utentes, família, e no apoio geral às urgências e consultas.

Também foi protocolado um *Voluntariado com a Segurança Social* em que os voluntários davam apoio e informação aos utentes da Segurança Social em vários locais.

Encontra-se a decorrer um projecto conjunto e protocolado entre as entidades, IPJ, Instituto Português da Juventude I.P, Instituto de Segurança Social, I.P Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.

Este Protocolo visa criar um corpo de Voluntários, que ficará afecto ao projecto de voluntariado “Jovens Solidários” a decorrer no âmbito do programa “Complemento Solidário para Idosos”.

Pretende-se implementar o voluntariado jovem a operar no espaço residencial dos potenciais beneficiários do Complemento Solidário para idosos (CSI), em locais estratégicos, onde a permanência desta população é regular, nomeadamente hospitais e centros de saúde.

Procura-se igualmente promover a colaboração do corpo de voluntários na divulgação da Medida CSI – Complemento Solidário ao Idoso, tarefa que compreenderá as etapas de distribuição de brochura informativa, esclarecimentos e informação sobre a prestação, disponibilização do modelo de requerimento mas, sobretudo, o apoio no preenchimento do modelo de requerimento.

Este Programa de Voluntariado foi limitado em termos temporários e decorreu entre 2008 e 2009.

Todos os voluntários têm direito a formação geral dada pelo IPJ e formação específica dada pela Segurança Social.

Todos os jovens entre os 18 e os 30 anos podem apresentar a sua inscrição numa ficha à sua disposição no site www.juventude.gov.pt onde também são divulgados todos os projectos na área do voluntariado.

A todos os jovens voluntários participantes no CSI, é ressarcido um montante/dia para despesas de alimentação e transporte.

No final, todos terão direito a um Certificado assinado pelas entidades parceiras envolvidas no protocolo.

Destacam-se, entre os projectos a nível nacional e local, os de desporto, que envolvam alguma selecção portuguesa, de qualquer modalidade, os que envolvam concertos, como o Rock In Rio, Concertos de Verão, Festivais de Verão. São actividades em que os jovens participam como voluntários e esta maior procura terá a ver com o facto de terem a oportunidade de estar perto da organização, dos artistas e dos desportistas.

Como se vê pelo atrás referido, as áreas em que os projectos podem ser apresentados são diversas como, desporto, cultura, ambiente, social, saúde, preservação do património.

Um dos projectos mais procurado pelos jovens é o *Voluntariado jovem para as Florestas*. Neste tipo de projectos, os jovens podem realizar actividades que vão desde a preservação da floresta, à sua vigilância e limpeza. “Cuidar da floresta é garantir o futuro!” e, neste sentido, é também a preservação e manutenção do nosso património natural, que aqui está em causa.

Os jovens fazem a sua inscrição numa ficha e são seleccionados por critérios definidos como a proximidade da residência e a experiência de voluntariado, entre outras.

O Voluntariado nas Florestas decorre todos os anos no Verão e as entidades poderão apresentar a sua candidatura nas *Lojas Ponto Já* do IPJ, I.P do respectivo distrito, sendo normalmente são as Juntas de Freguesia e as Câmaras Municipais que apresentam estas candidaturas.

Os jovens são enquadrados e recebem Formação do IPJ e da entidade que apresenta a candidatura, de modo a perceberem melhor o que irão fazer no terreno.

No terreno podem realizar actividades que vão desde a informação/divulgação de panfletos com normas e regras de conduta, visando a prevenção de incêndios, podem ainda fazer vigilância em postos de vigia, de bicicleta pelas matas etc.

Em projectos especiais como o das Florestas, os jovens recebem um ressarcimento para despesas de alimentação e de transporte, caso seja necessário. Não se trata de um pagamento, mas apenas e tão só o ressarcir do que poderão gastar para exercer o seu voluntariado, pois está subjacente a este projecto princípio da gratuidade já mencionado.

Outros princípios estão subjacentes ao voluntariado:

- Todos podem ser voluntários
- Voluntariado é uma relação humana, rica e solidária
- Trabalho voluntário é uma via de mão dupla
- Voluntariado é uma acção
- Voluntariado é uma escolha
- Cada um é voluntário a seu modo
- Voluntariado é um compromisso
- Voluntariado é uma acção duradoura e com qualidade
- Voluntariado é uma ferramenta de inclusão social
- Voluntariado é um hábito do coração e uma virtude ¹¹

O Voluntariado é uma das dimensões da cidadania activa e que contribui para o desenvolvimento das sociedades. Por todos os princípios atrás enunciados acerca do Voluntariado, podemos concluir deles que o voluntariado é assim o conjunto de acções de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projectos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade, desenvolvido sem fins lucrativos por entidades públicas e privadas.

Como costumam os jovens preferir nas acções de Formação nesta área, desenvolvidas pelo IPJ, o Voluntariado é dar mas é também e muito receber, receber conhecimento, amor, partilha e felicidade.

¹¹ Relativamente a estes projectos de Voluntariado, poderão ser consultados diversos sites: <http://juventude.gov.voluntariado/>; <http://www.voluntariado.pt/>, <http://cruzvermelha.pt/>; <http://www.ami.org.pt/>; <http://www.juventude.pt>

1.3.4 Parlamento dos Jovens

O programa “Parlamento dos Jovens” é uma iniciativa da Assembleia da República (AR) dirigida aos jovens do 2º e 3º, ciclos do ensino básico e do ensino secundário que culmina com a realização de duas Sessões Nacionais na AR. Cabe à Comissão Parlamentar de Educação e Ciência definir as orientações para este Programa cuja execução se desenvolve em parceria com o Ministério da Educação, através das Direcções Regionais de Educação, o Instituto Português da Juventude I.P, através das suas Direcções Regionais, como se diz na *Brochura do Programa Parlamento dos Jovens Secundário – Regimento 2009 – Assembleia da República*

O Parlamento dos Jovens tem como objectivos:

Incentivar o interesse dos jovens pela participação cívica e política;

Sublinhar a importância da sua contribuição para a resolução de questões que afectam o seu presente e o futuro individual e colectivo, fazendo ouvir as suas propostas junto dos órgãos do poder político;

Dar a conhecer o significado do mandato parlamentar e o processo de decisão da Assembleia da República (AR), enquanto órgão representativo de todos os cidadãos portugueses;

Incentivar as capacidades de argumentação na defesa das ideias, com respeito pelos valores da tolerância e da formação da vontade da maioria.

O Programa desenvolve-se em três fases, a primeira na Escola, a segunda no Distrito, a terceira na Assembleia da República.

Podem inscrever-se para participar no Parlamento dos Jovens/Secundário todas as Escolas do ensino secundário, do universo do ensino público, privado e cooperativo, abrangendo o Continente, Regiões Autónomas e os Círculos da Europa e Fora da Europa.

Ao Instituto Português da Juventude compete incentivar a participação das escolas, apoiar os professores, esclarecer dúvidas e definir estratégias, estimular a adesão das escolas ao programa Parlamento, e ao Concurso Euroscola, e ainda preparar o processo eleitoral e as Sessões Escolares.

O Instituto Português da Juventude deve ainda organizar as sessões Distritais, fazer a reunião de eleição de mesa e definir o local após ouvidas as Direcções Regionais de Educação.

1.3.5 Concurso Euroscola

O Concurso Euroscola é organizado a nível nacional pelo IPJ, I.P. e pelo Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal, com a participação da Assembleia da República e das Direcções Regionais da Juventude dos Açores e da Madeira.

O objectivo do Concurso é seleccionar as Escolas que irão participar nas Sessões EUROSCOLA, no Parlamento Europeu, em Estrasburgo.

Em cada Sessão participam cerca de 500 jovens, representando Escolas dos vários Estados membros da União Europeia. As sessões deste programa têm como principais objectivos:

familiarizar os jovens com o funcionamento das instituições europeias;

consciencializar os jovens sobre a sua condição de cidadãos europeus e a sua intervenção na organização futura da Europa;

oferecer aos jovens uma tribuna onde possam exprimir as suas opiniões pessoais e valorizar o seu envolvimento no projecto europeu.

Podem candidatar-se ao Concurso EUROSCOLA as escolas participantes no Parlamento dos Jovens/Secundário que tenham elegido um número superior a 10 deputados para a respectiva Sessão Escolar.

Os alunos participantes de cada Escola candidata ao Concurso EUROSCOLA têm de ter até 18 anos e estar inscritos até ao 11º ano a fim de garantir que, na data da Sessão Euroscola, os alunos ainda se encontram a frequentar o ensino secundário.

Cada escola candidata-se apresentando um trabalho escrito de abordagem da dimensão europeia do tema seleccionado anualmente para o Parlamento dos Jovens/Secundário que será posteriormente apresentado oralmente a um júri distrital/regional.

As escolas que vencerem a nível distrital/regional realizarão posteriormente uma apresentação oral do trabalho a um júri nacional. As Escolas vencedoras participam numa Sessão EUROSCOLA no hemiciclo do Parlamento Europeu em Estrasburgo.

1.3.6 Associativismo

Não é possível falar do IPJ, Instituto Português da Juventude, sem abordar o Associativismo Juvenil¹²O associativismo e as associações são espaços e vias de participação social, é aqui que começa a solidariedade. São espaços de convívio, de conversas, de projectos partilhados. Como ser social que é, por natureza, os homens vivem em sociedade, precisam de conversar, falar, partilhar ideias, intervir socialmente e agrupar-se em conjuntos que se definem por algum motivo ou projecto específico e ideológico. As associações tiveram sempre uma actuação importante na sociedade, constituindo escolas de formação cívica e social.

Apesar da asfixia do Estado Novo, sempre se mantiveram, ainda que com o controle do estado. São exemplo disso as bandas filarmónicas, as associações desportivas, entre outras. As Associações foram, e são, centros de democracia e locais de formação, de aprendizagem, e de educação não formal, numa espécie de alternativa ao sistema formal de ensino.

O associativismo é tão antigo como o próprio homem e as primeiras associações que se criaram foram-no logo certamente na Pré-História. O Homem começou a juntar-se para poder caçar os animais de grande porte que apenas poderiam ser vencidos por uma acção colectiva e nunca individual. Essa seria a primeira associação criada pelos homens que se juntaram porque viram que só assim poderiam sobreviver. As grandes construções, como os dólmenes e cromeleques e as grandes manifestações culturais do homem pré-histórico como as pinturas das grutas, só se compreendem com uma forte organização social baseada numa hierarquização aceite por todos.

Outro momento marcante do associativismo do homem é a Idade Média, quando os profissionais se juntam nas “Corporações de Artes e Ofícios” para defenderem os seus interesses em conjunto. Em Portugal, e noutros países, é bem visível o rasto dessa organização nos nomes de muitas ruas das nossas cidades que conservam os nomes dos arruamentos onde se localizavam as várias profissões: Rua do Ouro, da Prata, dos Correeiros, dos Sapateiros...

No entanto, o associativismo, como é um fenómeno gerado na sociedade, “tem-se transformado à medida das mudanças operadas na sociedade” (Gama, 2008) e por isso, nas sociedades mais modernas, com o aumento dos tempos de lazer e libertação maior dos tempos

¹² www.juventude.gov.pt

de trabalho, os homens começaram a procurar ocupar o tempo de outras formas, como já referimos acima a propósito do turismo, surgindo outro tipo de associações.

Estas alterações do fenómeno associativo moderno passaram pela diferenciação dos interesses, não já profissionais, religiosos ou razões de sobrevivência, mas de forma ocupação do próprio tempo. Assim surgiram associações onde, colectivamente, os seus associados procuravam actividades de ocupação dos tempos livres, mas todas sempre com a característica de serem organizações em que há alguns interesses comuns.

O surgimento do fenómeno associativo moderno e a sua importância levou a que os próprios Estados se comesçassem a preocupar com ele e receassem mesmo essa organização espontânea dos cidadãos. Procuraram assim muitas vezes, e procuram ainda hoje, substituir-se às associações, organizando eles próprios actividades que antes eram levadas a cabo a nível de povoação ou até de bairro. Os Estados começaram a ditar as regras e as normas de regimento pelas quais as associações se deveriam reger e criaram uma política associativa nacional.

Em Portugal, apesar da asfixia do Estado Novo, as associações e as bandas filarmónicas sempre se mantiveram com o controle do estado. As associações foram, e são, as que continuam a funcionar e a ter actividades, centros de democracia e locais de formação, de aprendizagem, e de educação não formal, numa espécie de alternativa ao sistema formal de ensino.

Hoje, com a explosão de tantas ofertas aos jovens, com o audiovisual em potência com as novas tecnologias, as associações têm uma luta desigual e terá que ser pela diferença e pela inovação que sobrevivem, apesar de os tempos de lazer serem cada vez maiores, mas “As mudanças geradas pela evolução tecnológica confrontaram os indivíduos com uma variedade de bens, duráveis ou de utilização fora do tempo de trabalho e condicionaram a forma como é ocupado o tempo livre e o tempo de lazer. As práticas tradicionais de lazer caracterizadas pela frequência de amigos, cafés e tabernas, por jogos, onde as cartas, as damas, o bilhar, a malha, o xinquilha eram frequentes, são substituídas por lazeres onde predomina a electrónica, através do vídeo, do rádio, televisão, dos “*electrofonos*.” A democracia veio ajudar o associativismo na sua manutenção, mas, como vemos, “obrigou” a alterações na forma como se organizam e como conduzem a sua vida interna. Os partidos políticos são exemplo de diferentes formas de estar, gostos e atitudes. Há associações que se pautam por novas formas de actuar na sociedade, ambientais, patrimoniais, sociais, solidariedade, desenvolvimento local etc., novos valores de afirmação.

O associativismo mantém por isso o seu valor de intervenção e a necessidade que existe de os jovens participarem no regime democrático.

O associativismo é hoje a afirmação de um Voluntariado responsável motor de desenvolvimento e progresso da sociedade. A comunidade associativa adquire novos conhecimentos científicos, introduzindo novas mentalidades para os seus propósitos.

Mas ainda há algum caminho que deverá ser feito. Está ainda muito dependente de organismos e de apoios. É necessário o seu reconhecimento, a sua valorização em termos de papel cultural, social e cívico que as associações desempenham.

Um dos tipos de associações que nos interessa são as associações juvenis que é uma área por excelência do IPJ e é essencial para que o IPJ coloque em funcionamento quase todos os seus objectivos. São as Associações Juvenis que ao fazerem as suas candidaturas promovem a educação não formal, a cidadania, e a participação dos jovens. Veremos mais à frente que são as associações que possibilitam a realização dos Campos de Trabalho Internacionais e outros Programas.

As Associações de jovens integram as Associações Juvenis, as Associações de Estudantes e respectivas Federações e ainda os Grupos Informais.

O conceito de associação juvenil em Portugal diz que são entidades sem fins lucrativos que desenvolvam actividades para jovens, mediante despacho anual do membro do Governo responsável pela área da Juventude.

São “Associações Juvenis”, associações que tenham 75% dos associados com idade igual ou inferior a 30 anos e cujo órgão executivo seja constituído por 75% de jovens com idade igual ou inferior a 30 anos.

Os “Grupos Informais” são constituídos por jovens de idade igual ou superior a 18 anos e igual ou inferior a 30 anos, e com o número mínimo de 5 elementos.

As “Associações de Estudantes” são aquelas que representam os estudantes do respectivo estabelecimento de ensino básico, secundário, superior ou profissional.

As associações juvenis têm através do Instituto Português da Juventude, I.P, um instrumento que as identifica, que é o RNAJ – Registo Nacional de Associações Juvenis. A inscrição no RNAJ é condição de elegibilidade aos programas de apoio previstos na *Lei 23/2006 – Lei do Associativismo Juvenil*.

A inscrição é feita a requerimento das entidades beneficiárias ou oficiosamente pelo IPJ – Instituto Português da Juventude quando haja lugar a reconhecimento.

O registo deve ser actualizado anualmente fazendo prova e entrega de documentação relativa à actualização, e sempre que lhe sejam solicitados outros elementos da referida (*Lei 23 de 2006. Lei 23/2006 de 23 de Junho*).

São estas associações juvenis que se podem candidatar à organização e realização de actividades, nomeadamente os Campos de Trabalho Internacionais, a que iremos agora referir-nos.

PARTE II - ESTUDO DE CASO

CAPÍTULO V

CTI – Campos de Trabalho Internacionais

1.1 Estudo e Análise Global

Os Campos de Trabalho têm já uma longa história. Em 7 de Março de 1949, a UNESCO, num relatório elaborado em Paris sobre Campos de Trabalho, referia que a nível nacional (Paris) se construíram Pousadas de Juventude aos fins-de-semana e durante as férias de Verão. A nível internacional os Campos têm uma importância material e moral, ou seja, já há o enfoque na educação para a cidadania e para a responsabilidade social. Este assunto foi abordado na Segunda Conferência de Organizações Internacionais de Campos de Trabalho em Paris, no já referido relatório da UNESCO. Construíram Pousadas de Juventude completas, criaram edifícios, construíram estradas, criaram jardins. Os jovens participaram assim, no pós-guerra na reconstrução das sociedades. Países como a Alemanha, Noruega, Holanda, França, Bélgica, Dinamarca entre outros, tiveram voluntários a desenvolver actividades e a construir pousadas de juventude e a reconstruir o que ficou destruído. Em 1956, noutro relatório de Paris, constata-se que os Campos de Trabalho são de facto instrumentos importantes para o desenvolvimento social da comunidade e da educação no sentido da compreensão internacional. A UNESCO patrocina organizações contribuindo para actividades educacionais, publicitando os Campos e ajudando na coordenação dos mesmos. No relatório desta conferência é referenciada e assumida esta ajuda pela UNESCO, ajuda para as actividades educacionais dos Campos de Trabalho. Esta ajuda da UNESCO faz-se com KITS de livros sobre as diferentes culturas, e diferentes países, com vídeos, livros, publicidade aos Campos, faz contratos com o serviço civil Internacional para a dinamização. Ajuda nas viagens e ajuda os participantes a chegar ao respectivo Campo.

A organização do Campo passa a ser local, mas sempre com o apoio internacional e acompanhada de perto por parte da UNESCO.

Em 1991 os Campos de Trabalho tiveram duas faces, Nacionais e Internacionais e foram já um programa do Instituto Português da Juventude, para jovens nacionais e estrangeiros com idades compreendidas entre os 16 e os 25 anos. Já na sua apresentação, no

pequeno livro sobre mobilidade e intercâmbio, o então Ministro-Adjunto da Juventude, António Fernando Couto dos Santos, dizia “ *A mobilidade e o intercâmbio constituem elementos fundamentais no reforço da identidade nacional e são factores determinantes na construção da Europa*”. “...queremos proporcionar aos jovens portugueses novos horizontes culturais e socioeducativos, alargando e reforçando o seu protagonismo na construção da sociedade e estimulando o seu espírito de solidariedade no trabalho com jovens de outros países”¹³

Os objectivos dos Campos de Trabalho eram incentivar os jovens para o trabalho voluntário, para o intercâmbio, o convívio e a cooperação de jovens de diferentes regiões e culturas, desenvolvendo a sua capacidade de compreensão, participação e tolerância.

Hoje os CTI – Campos de Trabalho Internacionais são um programa de intercâmbio, através do qual são apoiados projectos que visem proporcionar aos jovens de diferentes países espaços de aprendizagem intercultural.

Os CTI visam promover a mobilidade e o intercâmbio de jovens através de actividades que incentivem a troca de experiências e o conhecimento de novas realidades socioculturais, facilitando o intercâmbio de jovens portugueses com jovens de outros países, contribuindo para a criação de espaços que dêem respostas formativas que só possam ser obtidas através de processos educativos não formais, designadamente interculturais.

As áreas de actividade em que os jovens podem participar são, genericamente, ambiente, arqueologia, restauro e valorização do património histórico-cultural, sócio comunitária, outras de interesse, temas designados conforme a União Europeia decida para o ano em causa. Em 2009 foram privilegiadas as áreas de criatividade e Inovação.

Este Programa decorre no Verão nos meses de Julho, Agosto e Setembro. Cada projecto tem duração máxima de quinze dias e tem no mínimo dez jovens, e no máximo vinte. Destes jovens participantes, 20% terão que ser estrangeiros e os outros portugueses. O número de horas de trabalho não pode ser superior a 6h/dia nem inferior a 4h/dia.

Os projectos são apresentados ao IPJ- Serviços desconcentrados de cada distrito, em suporte de papel, ou meio electrónico, durante o mês de Dezembro do ano anterior à realização dos mesmos.

As candidaturas aos Campos de Trabalho Internacionais podem ser apresentadas pelas seguintes entidades promotoras: Associações RNAJ, associações inscritas no Registo

¹³ Instituto Português da Juventude, *Mobilidade Juventude Intercâmbio*, Lisboa Maio 1991

Nacional de Associações Juvenis, Grupos Informais de Jovens e outras entidades sem fins lucrativos que prossigam objectivos enquadrados nas áreas de intervenção do programa.

As Entidades promotoras têm que preencher e entregar o formulário de candidatura disponível nos Serviços desconcentrados, ou on-line, e um conjunto de documentos solicitados: comprovativo da existência jurídica, plano completo de actividades diárias e horários do projecto a desenvolver, orçamento para a celebração de um contrato de seguro de acidentes pessoais que inclua, no mínimo, cobertura em caso de morte, invalidez permanente, despesas de tratamento, despesas de funeral e repatriamento, curriculum vitae do Coordenador e dos monitores/animadores, indicando a experiência técnico-pedagógico em actividades com jovens, e respectivos documentos comprovativos, documentos comprovativos de parcerias com indicação dos apoios financeiros e/ou dos apoios concedidos, número de identificação fiscal.

É também importante referir que a candidatura não envolve custos.

A avaliação dos projectos e selecção cabe aos Serviços Centrais do IPJ, I.P. Esta análise tem critérios definidos previamente pelos Serviços Centrais do IPJ e deles constam a adequação do projecto aos objectivos definidos no Programa, adequação do plano de actividades diárias, tarefas (trabalho entre 4 e 6 horas diárias, como já foi referido), horário previsto aos objectivos do projecto, adequação do orçamento ao plano de actividades (avaliação das despesas mais representativas do CTI/custo total, capacidade técnica dos monitores/animadores (experiência profissional e formação profissional com conhecimento de línguas, capacidade de auto financiamento do projecto, capacidade de parcerias para o desenvolvimento do projecto.

Cabe ao técnico que coordena os Campos de Trabalho Internacionais em cada Serviço Regional, enviar, junto com a candidatura, um parecer sobre a Entidade e sobre o projecto, isto porque, localmente, este técnico conhece melhor a entidade que se candidata. É também este técnico que avalia previamente as candidaturas apresentadas antes de serem enviadas aos Serviços Centrais do IPJ, I.P, em Lisboa.

Nos Serviços Centrais, em Lisboa, é elaborada uma lista de prioridades onde constam as candidaturas posicionadas e as entidades, que irá facilitar aos técnicos de Lisboa a entidade e aquilo que tem feito em prol da Juventude e qual a sua dinâmica local. É localmente que melhor se percebe a entidade e as suas capacidades organizativas. Permite tirar qualquer dúvida, que por escrito não é tão fácil.

Após a apresentação e primeira selecção das candidaturas, sai uma lista provisória das entidades aprovadas, havendo depois um prazo de dez dias úteis, a contar da data da respectiva notificação pela Direcção Regional, para reclamar.

Às Entidades candidatas é garantido pelo IPJ, I.P, um apoio financeiro, calculado por jovem e por dia para despesas com a preparação, o seguro de acidentes pessoais, o alojamento, a alimentação, as actividades do programa, os transportes, as avaliações que deverão ser feitas, e outras despesas, que se encontrem devidamente fundamentadas aquando da candidatura e entrega do orçamento total.

Cada Serviço Desconcentrado Regional divulga o programa, notificando as entidades promotoras e através da na comunicação Social para que todos possam ter a informação atempadamente.

Nos Serviços desconcentrados cada técnico que está com o Programa garante as explicações e esclarece as dúvidas das Entidades proponentes ao Programa.

Ao longo dos três últimos anos, em Viseu, os Campos de Trabalho Internacionais tiveram grande sucesso. As candidaturas apresentadas foram de qualidade e os jovens que participaram deram o testemunho disso, como se pode ver no *relatório anexo onde se incluem também algumas fichas de avaliação*.

Todos os projectos foram devidamente acompanhados pelo técnico regional, os jovens estrangeiros entrevistados pessoalmente manifestaram desejo de voltar, e alguns deles já repetiram entidades, pela qualidade e pelo sucesso do primeiro projecto em que tinham participado.

As inscrições dos jovens podem ocorrer no site do IPJ (www.juventude.gov.pt) para os portugueses, e nos sites europeus que constam no site de juventude europeu www.eu.europa para outros. Nestes *sites*, todos os jovens têm acesso a uma base onde constam todos os CTI's que se realizam em todos os países europeus.

Ao longo dos três últimos anos constatou - se a nível nacional e nomeadamente nos que nos interessam em termos regionais, que os jovens participantes nos CTI – Campos de Trabalho Internacionais, são na sua maioria estrangeiros, havendo muito poucos portugueses. Os portugueses não se interessam pelos CTI em Portugal, nem no estrangeiro.

As entidades têm direito a inserir 5% de jovens no projecto, o que normalmente não fazem, devido à procura enorme dos estrangeiros. Também me parece não ser uma forma saudável e que contribua para os objectivos totais, uma vez que, se confina a estrangeiros e não há interacção e interculturalidade com os portugueses.

Creio ser um estudo importante a fazer, ver e saber o que realmente pensam e querem os jovens portugueses deste e de outros programas.

No ano de 2009 em Viseu apenas foram apoiados projectos a uma entidade, o que vem limitar o impacto na comunidade regional.

Em anos anteriores no distrito verificaram-se várias candidaturas em diferentes concelhos e diferentes entidades.

A análise geral aos jovens participantes permite conhecer que são a maioria estudantes universitários, com formação superior, com características de curiosidade, saber, e cultura acima da média. Procuram a educação não formal a aprendizagem intercultural que não têm na Escola e na Universidade.

Nestes três anos (2007, 2008 e 2009) para Viseu vieram jovens essencialmente de países da “Europa de Leste”, os que aderiram mais recentemente à União Europeia.

Os participantes dos Campos de Trabalho Internacionais têm, de uma forma genérica, entre aos 18 e os 30 anos, mas neste três anos vieram mais com idades compreendidas entre ao 20 e os 28 anos.

Os projectos apresentados têm englobado as mais diferentes áreas, mas todos os anos existe um tema prioritário para os CTI, sendo o tema normalmente comum em termos de programas de educação não formal europeia.

São exemplo de projectos algumas das recuperações feitas no Distrito com projectos de CTI, como no Castro da Cárcoda, em S. Pedro do Sul, no Castro dos Três Rios, em Parada de Gonta – Tondela ou em São Joaninho, em Santa Comba Dão. Aí se fez a recuperação de histórias, lendas, contos tradicionais, e toda a cultura ligada a um povo que por mais interior e afastado é pertença de uma Europa que se quer única mas ao mesmo tempo rica de diversidade e de cultura.

É a base destes campos a educação não formal, pois a participação activa dos jovens, a experiência, a aprendizagem cultural, a diversidade dos povos, e a interculturalidade, são essenciais neste programa.

Numa Europa mais unida, mais próxima, os jovens devem conhecer o que nos une e o que nos diferencia e depois da participação de jovens nos CTI, muita coisa poderá mudar. Os jovens são portadores de uma cultura, mas abrem-se ao que vão encontrar de novo, levam mas também trazem algo de novo. Diferentes, com uma nova maneira de estar, de ser, uma cultura diferente, passam quinze dias a conviverem e a aprenderem com os portugueses, e com a

nossa comunidade. Também a comunidade que os recebe não ficará indiferente, pois aprende e ensina e podemos mesmo interrogar-nos sobre qual a aldeia que ficará indiferente a estes jovens e aos campos de trabalho? Numa aprendizagem mútua, o povo das aldeias onde se realizam os CTI ensina a nossa cultura e transmite aquilo que nós somos, mas também recebe a influência desses jovens que vêm de terras longínquas.

Através destes Campos de Trabalho muita coisa tem mudado e bastará pensar, por exemplo, no que era Carvalhais antes de limpar e dar a conhecer o Castro da Cárcoda e antes de limpar e preservar os moinhos lá existentes. Infelizmente não há maneira de contabilizar objectivamente as visitas a este património antes e depois das alterações mas, apesar disso, sabemos que foi importante para esta localidade esta intervenção, esta participação de jovens activos.

Ficaram as alterações objectivas que existem lá no Património construído local, mas o que levaram os jovens estrangeiros? Que divulgação farão nos seus países? Essa será a parte mais importante destes projectos, pois a divulgação em termos de património e de turismo que estes jovens irão fazer é mais importante que qualquer campanha publicitária que se possa levar a cabo.

Existe uma questão que se poderá levantar e que importa referir: as entidades que se candidatam são, como já vimos, associações locais sem fins lucrativos, que fazem a candidatura em prol da comunidade e do desenvolvimento local. No entanto, as parcerias apresentadas normalmente são um pró -forma, o que significa que ficam entregues a si próprias e não há seguimento e aproveitamento em condições por parte das entidades locais, estrangeiras e outras, mesmo quando se trata de entidades nacionais ou locais, como o IPPAR/IGESPAR e a Câmara Municipais. Veja-se o caso dos CTI já citados do Castro da Cárcoda ou do Castro dos Três Rios.

O levantamento e escavações destes castros, do Castro da Cárcoda em S. Pedro do Sul, e o Castro dos Três Rios em Tondela, o primeiro até classificado como Monumento Nacional, tiveram a participação e acompanhamento do IPPAR. Ora, após essas acções, nunca mais houve a preocupação de preservar, manter e divulgar qualquer um deles. Nem o IGESPAR nem as Câmaras Municipais de S. Pedro do Sul ou Tondela tiveram qualquer preocupação em manter limpos e visitáveis estes lugares do nosso património. Estas entidades deveriam ter atenção ao que, em termos de património, é importante e urgente manter e aquilo que poderiam ser verdadeiros *ex-libris* dos respectivos concelhos.

Se as Associações culturais têm feito um trabalho notável com os Campos de Trabalho Internacionais, mais notável pelo voluntariado a que se dedicam e que é uma forma de educação não formal e de contributo para a cidadania activa dos jovens envolvidos, o mesmo não se pode dizer da sequência que tem sido dada aos projectos.

CAMPOS DE TRABALHO NA REGIÃO CENTRO EM NÚMEROS

Campos de trabalho Internacionais 2009

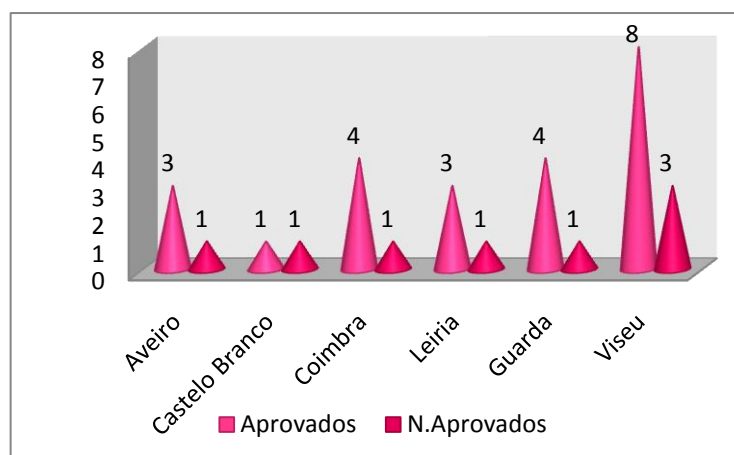
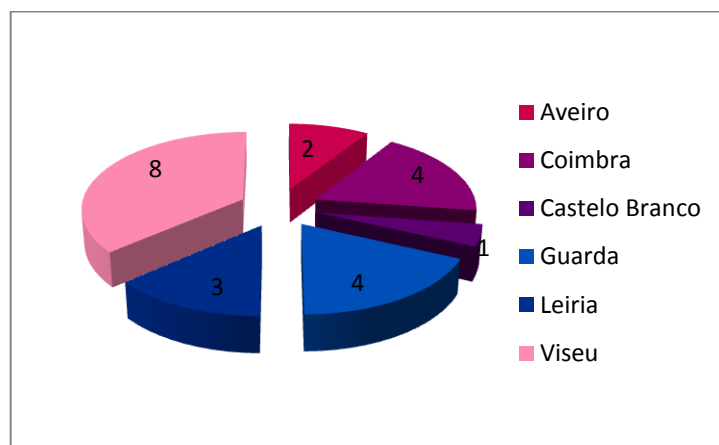
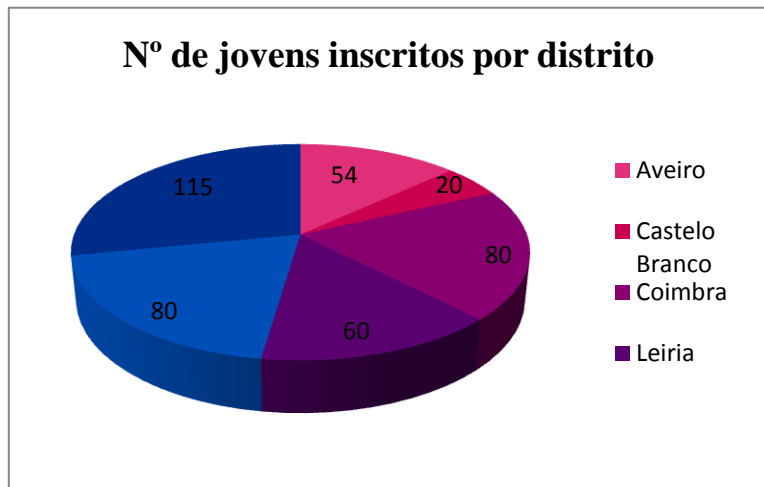
Distrito	Aprovados	Verba solicitada	Verba aprovada	Verba executada	Jovens envolvidos
Aveiro	3	19.350.00	19.350.00	19.350.00	60
Castelo Branco	2	12.900.00	12.900.00	12.900.00	40
Coimbra	4	25.800.00	25.800.00	25.800.00	80
Leiria	2	12.900.00	12.900.00	12.900.00	40
Guarda	3	19.350.00	19.350.00	19.350.00	60
Viseu	5	32.250.00	32.250.00	32.250.00	100
Total	19	104.550.00	104.550.00	104.550.00	380

Campos de Trabalho Internacionais 2008

DRC – Direcção Regional do Centro

Distrito	Apresentados	Aprovados	Verba Solicitada	Verba Aprovada	Verba Executada	Jovens Envolvidos
Aveiro	4	3	29,670.00	19.350.00	16.813.7	54
C. Branco	2	1	8.461.00	4.816.00	4.816.00	20
Coimbra	5	4	24.187.00	17.847.70	23.757.5 0	80
Leiria	4	3	17.680.00	16.770.00	19.350.0 0	60
Guarda	5	4	27.661,00	25.800.00	25.800.0 0	80
Viseu	11	8	70.950.00	51.600.00	50.650.0 0	155
Total	31	23	182.479.00	142,106.00	141,187.70	449

Gráficos 2008



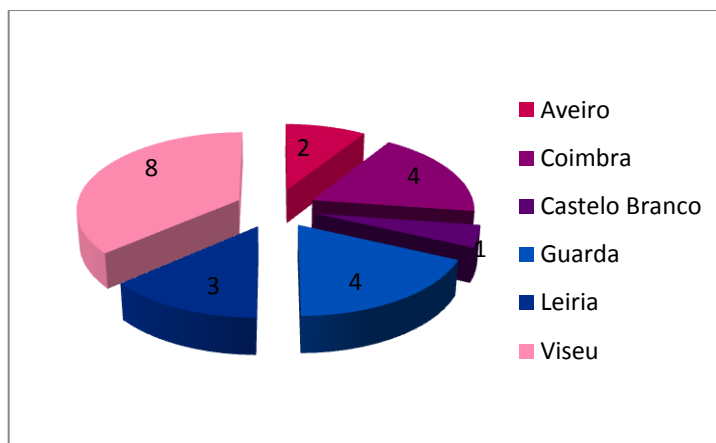
CTI – Direcção Regional do Centro 2008

Nos gráficos atrás, vemos que a Região Centro tem um grande número de Campos de Trabalho Internacionais aprovados.

O Programa Mobilidade e Intercâmbio para jovens visa promover a mobilidade e o intercâmbio através de actividades que incentivem a troca de experiências e o conhecimento de novas realidades socioculturais, facilitando o relacionamento de jovens portugueses com jovens de outros países, através da realização de campos de trabalho, dentro ou fora do território nacional, capazes de dar respostas formativas, obtidas através dos processos educativos não formais, designadamente interculturais.

É a educação não formal que tem um papel fundamental neste programa e que se traduz em aspectos aos quais por vezes não damos a devida importância.

Na Direcção Regional do Centro, no ano de 2008 foram apresentadas 31 candidaturas das quais foram aprovadas 23, distribuídas por Aveiro 2, Coimbra 4, Castelo Branco 1, Guarda 4, Leiria 3 e Viseu 8.



Total de candidaturas na DRC

Avaliação geral de 2008

As notas positivas, não têm sido bem dimensionadas, nem bem exploradas. Há jovens que vêm a primeira vez a Portugal e que levam a imagem que cada entidade ou região que os recebe lhes transmite. Qualquer jovem que por aqui passe levará a imagem do país que lhe foi transmitida informalmente por este programa mas que ele promove a outras sociedades europeias, diferentes mas que, com certeza, gostarão de saber mais e de vir visitar.

Esta imagem pode e deve ser uma mais-valia em termos turísticos, e de divulgação do nosso país. Quando se organizam os Campos de Trabalho Internacionais, esta é uma questão que deveria ser pensada seriamente.

Não será importante o trabalho de Arqueologia, de recuperação do Património e de História de Portugal que estes jovens realizam para o futuro e para a divulgação do que somos?

Não podemos ver as coisas como estanques no mundo global em que nos encontramos, mas a importância da Europa passa também por tudo o que tem a ver com cada país, nação, cultura e pela sua mais aberta e informal divulgação, tal como é.

Na generalidade os projectos decorreram bem e houve muitas inscrições de jovens estrangeiros, maioritários no total das inscrições, como já referimos.

Uma nota negativa tem que ser apontada para a relação dos Serviços Centrais com os serviços locais, pois as Lojas Ponto Já e as entidades promotoras apenas souberam do número e das pessoas inscritas sobre a hora. Ora, isto limitou fortemente a informação acerca dos jovens e que previamente deveria ser do conhecimento da entidade, para que todo campo pudesse ser organizado a tempo e horas em todas as vertentes, nomeadamente em termos de saúde, cuidados especiais, alimentação específica e outras.

1.2 CTI Análise 2009

Neste ano de 2009, a nota positiva traduz-se no envio atempado de todas as inscrições dos jovens participantes, portugueses e estrangeiros, para as entidades promotoras e para as Direcções Regionais que desta forma puderam fazer acompanhamento do ponto de situação em relação aos seus Campos.

Deixamos uma lista de alguns países e organizações estrangeiras, que procuram voluntários portugueses para o ano de 2009.

- Alemanha e Áustria – IBG
- Coreia do Sul – IWO Korea
- França - Concordia
- Holanda – SIW
- Islândia – SEEDS
- Islândia – WF
- Itália – Legambiente
- Japão – NICE
- Marrocos – CSM
- Middle East – vários
- Republica Checa – INEX – DAS
- Servia – YRS-VSS
- Servia - PGVCV
- Tailândia – DaLaa
- USA – VFP
- Vietnam – Solidarité Jeunesse Vietnam
- Bélgica - Javva
- Coreia do Sul – Korean National Commission for Unesco
- Países Árabes – Baladna – Association for Arab Youth

Estas siglas correspondem a bases de dados onde os jovens podem consultar os Campos de Trabalho Internacionais e as informações de cada um. Estas bases encontram-se à disposição dos jovens para consulta e para apoio na sua inscrição para qualquer país europeu. Basta que o jovem faça a pesquisa no site do IPJ e procurar CTI no estrangeiro.

Como é habitual, os jovens não se puderam inscrever directamente, mas apenas através do IPJ, preenchendo a ficha de inscrição de 2009 (anteriormente enviada) e pagando a respectiva caução de 25€ por cada campo em que pretendiam participar, com a antecedência de pelo menos 10 dias úteis antes do início do Campo.

Para os Campos que decorrem em Portugal, as colocações são feitas também em Lisboa e é enviada de semana a semana uma actualização de vagas para cada Campo. Quando o Campo de Trabalho está cheio, significa que as vagas estão todas preenchidas. É enviado no

mapa como *FULL*. Para este Campo já não é possível o jovem interessado inscrever-se, a não ser que haja uma desistência e que possa participar.

Os jovens são contactados pelo IPJ- Instituto Português da Juventude – Serviços Centrais e Lisboa, e também pela entidade que os irá receber. São-lhes dadas todas as indicações necessárias para chegar ao Campo e contacto dos coordenadores e dirigentes do mesmo. Nunca nenhum jovem vem sem saber para onde se deslocar e como chegar. Esta ajuda já por si só é uma forma de apoio e de comunicação entre os portugueses e os jovens que vêm de outros países.

Com esta forma de actuação, os jovens sentem-se protegidos e acompanhados sem terem a sensação de ir para o desconhecido. Isto é muito importante para que o projecto corra bem, para a avaliação do mesmo e para o jovem que pretenda voltar a Portugal.

Existem imensos testemunhos de jovens que vieram e voltaram uma série de vezes, até para outros programas, tal foi a boa imagem e o bom ambiente que tiveram no nosso país. Numa visita a um CTI – Campo de Trabalho Internacional, foi comprovada esta situação, com um jovem que estava a fazer um Campo de Trabalho pela segunda vez, pois foi a Espanha realizou um e voltou.

Esta perspectiva significa que estamos a fazer um bom trabalho, e que valerá a pena esta mobilidade, justificando-se por si mesma, na vontade e na alegria em vir e participar.

Em 2009 foram apresentadas 31 candidaturas ao IPJ – Instituto Português da Juventude, IP. Foram aprovados 23 sendo que 8 de Viseu.

Estas candidaturas foram analisadas e aprovadas conforme os critérios de selecção já atrás referidos.

Para a análise pretendida no distrito de Viseu foram apresentadas 11 candidaturas das quais 8 foram aprovadas.

As aprovadas foram todas da mesma freguesia, S. Joaninho no concelho de Santa Comba Dão. As entidades candidatas foram o Clube Recreativo de S. Joaninho e o Centro Social e Paroquial de S. Joaninho. Em termos de entidades e em termos de região foi desde logo limitado o estudo no distrito.

1.3 Análise Prática

Analisados os objectivos das candidaturas e indo de encontro ao pretendido na análise regional e de jovens, enviámos inquéritos para elaboração deste estudo, para os Campos de Trabalho Internacionais de S. Joaninho e para duas Associações do distrito da Guarda, Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão, e Centro Sócio Cultural da Coriscada, uma vez que Viseu estava limitado a S. Joaninho.

Após análise das candidaturas e das actividades a desenvolver verifiquei que se enquadram no estudo pretendido. Este estudo visou inferir dos jovens sobre a escolha de Portugal e a razão dessa escolha, visou ainda saber se a cultura e o património portugueses são ou não importantes para estes jovens e qual a sua importância para o turismo.

Promover e impulsionar a partilha de culturas, tradições, saberes, experiências, desenvolvimento de um conhecimento mais aprofundado sobre o património histórico-cultural, e estabelecer comparação com as diferentes realidades trazidas pelos jovens participantes. Apelar à inovação e criatividade dos jovens no sentido de divulgarem o património histórico-cultural de S. Joaninho e das demais culturas.

Os objectivos dos Campos de Trabalho para onde foram enviados os inquéritos em S. Joaninho, vão desde o inventariar infra-estruturas típicas da região como, casebres, chibiteiros, costumes locais, história e tradições até à reconstrução de estruturas, como telhados de colmo.

Outro projecto para onde foram enviados os inquéritos foi o projecto de arqueologia desenvolvido no Vale de Mouro – Coriscada, onde os jovens fizeram pesquisa, limpeza, inventário e escavação arqueológica. Foram ainda enviados para outro projecto de investigação arqueológica e de musealização, onde os jovens contactaram na região com dois patrimónios mundiais: o das Gravuras Rupestres do Vale do Côa e o Douro Vinhateiro.

De referir que todos estes projectos têm autorização e apoio do IGESPAR, e sempre com um arqueólogo responsável. No caso da Associação Cultural Desportiva Recreativa de Freixo do Numão, o arqueólogo responsável é Vítor Oliveira Jorge. No caso de ser um projecto que não interfira com património português registado não é necessário que seja um arqueólogo a acompanhar. Em todos os projectos participaram jovens de vários países europeus e portugueses. Das entrevistas realizadas pessoalmente aos jovens dos Campos de Trabalho Internacionais de S. Joaninho, fiquei com a noção de que estes jovens são importantes para a comunidade de S. Joaninho, freguesia rural, interior e com poucos

recursos. A população é maioritariamente idosa, com dificuldade em aceitar estes jovens, diferentes culturalmente e socialmente.

Todos os participantes mostraram alegria em participar e realçaram a importância da história portuguesa e da cultura portuguesa. Foi referido por todos os jovens que levariam as melhores recordações, nomeadamente o acolhimento do nosso povo, o magnífico país de paisagens e de beleza natural.

Há ainda um caminho a percorrer relativamente à mentalidade do nosso povo, pois a aceitação da diferença é ainda um marco e uma barreira a transpor. Só o tempo poderá mudar esta mentalidade.

Estes jovens irão de qualquer modo levar com eles, e divulgar, a nossa cultura e o nosso património, insisto nesta ideia.

É portanto com esta ideia que faço esta pesquisa, partindo da questão: que benefícios trazem ao país estes Campos de Trabalho Internacionais? O que poderá lucrar Portugal turisticamente?

Como já referi, os Campos de Trabalho Internacionais permitem a jovens permanecer 15 dias em qualquer lugar de um país da União Europeia, com um orçamento de despesas já previsto e aprovado, alimentação e alojamento pagos, com um plano de actividades diário que incluiu as visitas turísticas e culturais à região onde se desenrolam o Campo de Trabalho, com monitores com formação para o enquadramento quer do campo, como já referi, quer para todo o programa extra actividade de trabalho diária.

Uma actividade extra em que todos os que participaram nos Campos de Trabalho do Distrito de Viseu, foi uma deslocação à cidade, visitando os seus locais culturais, os Museus e todo o património existente. Foi-lhe ainda dado a conhecer a gastronomia típica característica desta região, e o vinho.

CTI 2009

Número de jovens envolvidos na Região Centro no ano de 2009

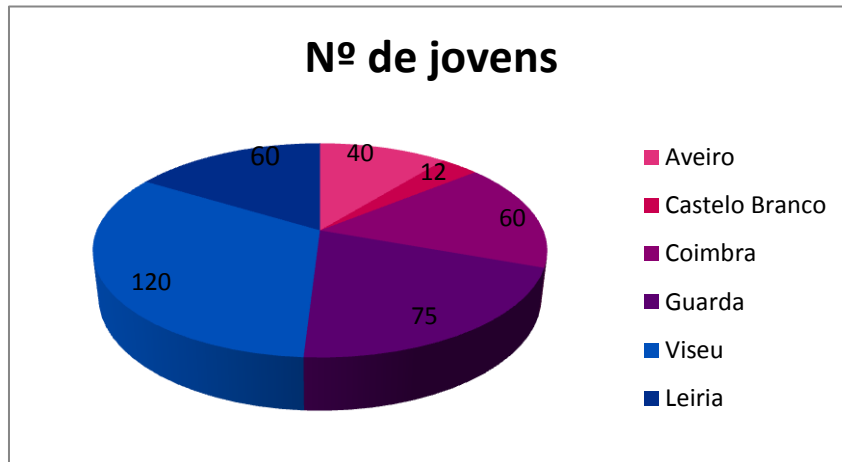
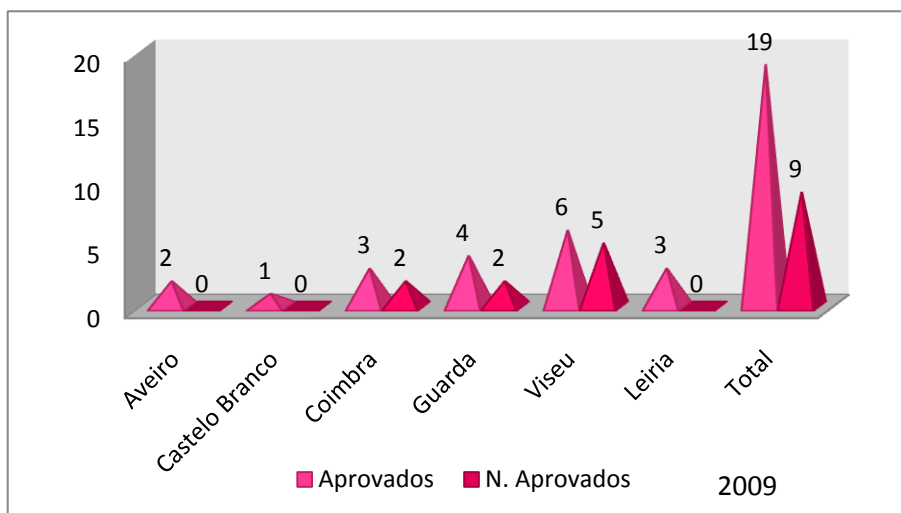


Gráfico do número de jovens participantes nos Campos de Trabalho da Região Centro em 2009

Como se pode ver no gráfico acima, respeitante às inscrições para os programas de Campos de Trabalho da Região Centro, o maior número de jovens envolvidos é no distrito de Viseu. Mais significativo ainda é este número se se pensar que foi mesmo o maior a nível nacional. Este facto tem a ver certamente com a apresentação e aprovação de candidaturas como se pode verificar no gráfico abaixo, mas também com o facto de os jovens por campo serem 20 no máximo. Ora, multiplicando 20 por 6 campos, os aprovados para o Distrito de Viseu, dá os 120 jovens indicados no gráfico acima.

Projectos aprovados e não aprovados 2009



Neste gráfico podemos verificar que Viseu é o distrito onde mais candidaturas foram apresentadas. Mas nem sempre assim foi, pois até 2005 houve anos em que as associações não apresentavam candidaturas para o distrito de Viseu, pois sabendo-se de toda a logística que necessitam as entidades organizadoras dos Campos de Trabalho Internacionais, não tem sido fácil apresentar candidaturas e desenvolver estes projectos.

O apoio dado pelo Instituto Português da Juventude é como o próprio nome indica um apoio, e se a entidade promotora não tiver alojamento especial e a baixo custo, e ainda a possibilidade de ter apoio da autarquia ou da junta de freguesia em transporte e outra logística, é muito elevado o custo desta organização. Assim, este é mais um motivo para que as parcerias e o acompanhamento das entidades públicas e locais sejam de facto efectivo e contribua para que o programa não seja uma actividade de duas semanas.

A aprovação, como atrás referi, tem um conjunto de regras a que as candidaturas têm que obedecer o que contribui também para a fraca adesão das entidades a este programa.

No mapa abaixo temos os campos de Trabalho apresentados na Direcção Regional do Centro do IPJ, I.P.

Os Campos de Trabalho são aprovados, como disse, mediante critérios já estabelecidos e é-lhe atribuído o montante máximo fixado por jovem e que irá dar o montante de aprovação por cada Campo.

Mapa com os projectos CTI da Direcção Regional do Centro 2009

	IPJ CODE	Designação do projecto	Entidade	Área	Nº jovens	Data	Montante	Observações	
Aveiro	PT-AV-28-09	Avanca 2009	C.C. de Avanca	Cultura	20	14.07.09 a 28.07.09	6.450,00	APV	
	PT-AV-27-09	EUROZONE	N. de Atl. de Cucujães	Questões Europeias	20	02.08.09 a 16.08.09	6.450,00	APV.	
Castelo Branco	PT-CB-26-09	Valorização do Vale Glaciar de Manteigas	Geração Expontânea	Ambiente	12	19.08.09 a 31.08.09	3.454,00	APV.	
Coimbra	PT-CO-15-09	RE-imaginado solidariedade	Acção para a Justiça e Paz	Sociocomunitária	20	03.08.09 a 17.08.09	6.450,00	APV.	
	PT-CO-16-09	Recriando espaços e imaginado o futuro	Acção para a Justiça e Paz	Sociocomunitária	20	07.09.09 a 21.09.09	6.450,00	APV.	
	PT-CO-18-09	Dar vida à Casa da Natureza	ACTIVAR	Sociocomunitária	20	13.09.09 a 27.09.09	6.450,00	APV.	
	PT-CO-17-09	Espaço jovem Gandaras	ACTIVAR						N.APV.
	PT-CO-19-09	Cooperação na Requalificação do Pavilhão de Lordemão	Lordemão Futebol Clube						N.APV.
Guarda	PT-GU-22-09	Arqueoevento	Asso. Cult. Desp. Rec. De Freixo do Numão	Arqueologia	20	13.07.09 a 27.07.09	6.450,00	APV.	
	PT-GU-20-09	Conservação de Aves de Rapina na Reserva da Faia Brava	Transumância e natureza - Associação						N.APV.
	PT-GU-25-09	Mãos à Obra	ADOS - Aldeia de S. Sebastião						N.APV.
	PT-GU-23-09	Arqueorama	Asso. Cult. Desp. Rec. De Freixo do Numão	Arqueologia	20	17.08.09 a 31.98.09	6.450,00	APV.	
	PT-GU-24-09	Baco- Vale do Mouro	Centro Cultural da Coriscada	Arqueologia	20	27.07.09 a 10.08.09	6.450,00	APV.	
	PT-GU-21-09	Inventário e recuperação do património rural e cult. na Faia Brava	Transumância e natureza - Associação	Restauro e valorização do património	15	18.08.09 a 30.08.09	4.192,50	APV.	
Viseu	PT-VI-05-09	A Aldeia do Teatro	Clube Recreativo de S. Joaquinho	Restauro e valorização histórico-cultural	20	17.07.09 a 31.07.09	6450,00	APV.	
	PT-VI-07-09	Meet Yourself with São Joaquinho	Clube Recreativo de S. Joaquinho	Sociocomunitária	20	01.08.09 a 15.08.09	6450,00	APV.	
	PT-VI-08-09	Let's Energize	Clube Recreativo de S. Joaquinho						N.APV.
	PT-VI-09-09	Paint Wall	Clube Recreativo de S. Joaquinho	Restauro e valorização histórico-cultural	20	17.08.09 a 31.08.09	6450,00	APV.	
	PT-VI-10-09	Stone Images	Centro Social e Paroquial S. Joaquinho						N.APV.
	PT-VI-11-09	São Joaquinho Solidário	Centro Social e Paroquial S. Joaquinho	Sociocomunitária	20	01.07.09 a 15.07.09	6450,00	APV.	

	IPJ CODE	Designação do projecto	Entidade	Área	Nº jovens	Data	Montante	Observações	
Viseu (cont.)	PT-VI-04-09	Learning by walking in S. Joanelho	Clube Recreativo de S. Joanelho						N.APV.
	PT-VI-06-09	Shall we Dance São Joanelho	Clube Recreativo de S. Joanelho						N.APV.
	PT-VI-12-09	Put your Stones on the way	Centro Social e Paroquial S. Joanelho	Restauro e valorização histórico-cultural	20	17.07.09 a 31.07.09	6450,00	APV.	
	PT-VI-14-09	À Descoberta de Parada de Gonta	Associação Desportiva Recreativa e Cultural de Parada de Gonta						N.APV.
	PT-VI-13-09	Net Generation	Centro Social e Paroquial S. Joanelho	Sociocomunitária	20	17.07.09 a 31.07.09	6450,00	APV.	
Leiria	PT-LE-29-09	Óbidos para Todos	Associação Espeleológica de Óbidos	Restauro e valorização do património histórico-cultural	20	30.07.09 a 09.08.09	4300,00	APV.	
	PT-LE-30-09	Pedrógão Aventura 2009	Associação de Solidariedade Académico de Leiria	Ambiente Sócio Comunitária	20	17.07.09 a 31.07.09	6450,00	APV.	
	PT-LE-31-09	Aventura e Património 2009	Associação Pombal Jovem	Ambiente	20	01.08.09 a 15.08.09	6450,00	APV.	
	PT-LE-32-09	Novos Trilhos Tradições Antigas	Associação de Pais da E.B. 2/3 Dr. Correia Alexandre						N.APV.

1.4 Análise inqueritos

Para a investigação propriamente dita foram enviados inqueritos a entidades promotoras de Campos de trabalho Internacionais, como já referi acima. Foram enviados os inqueritos para os diversos Campos de Trabalho de S. Joanelho, freguesia de S. Joanelho e concelho de Santa Comba Dão, Distrito de Viseu. As entidades promotoras são o Centro Social e Paroquial de S. Joanelho que é uma IPSS – Instituição Privada de Solidariedade Social, e o Clube Recreativo de S. Joanelho, uma associação RNAJ – Associação Juvenil que trabalha e realiza actividades apoiadas financeiramente pelo IPJ – Instituto Português da Juventude, como já atrás referi, maioritariamente jovem, em sócios e em direcção.

Atendendo aos objectivos da investigação e ao tema principal – Turismo e Património, foram também enviados inqueritos para os Campos de trabalho Internacionais da Associação Cultural e Recreativa de Freixo de Numão, concelho de Vila Nova de Foz Côa, com o

projecto “ ARQUEOROMA”, para o Centro Sócio Cultural da Coriscada, do concelho de Meda, com o projecto “BACO- Vale do Mouro”, e para a Associação Transumância e Natureza, da freguesia de Faia, concelho da Guarda com o projecto “Inventário e Recuperação do Património Rural na Reserva da Faia Brava”.

Para justificar esta escolha em termos de envio de inquéritos terei que apresentar os objectivos a que cada entidade se propôs na realização de cada Campo de Trabalho Internacional.

Para este estudo, o projecto “ARQUEOROMA” da Associação Cultural e Recreativa de Freixo de Numão, Associação RNAJ, Juvenil apresenta-nos como objectivos fundamentais a continuidade do projecto de investigação arqueológica e musealização do sítio do Vale de Mouro, concelho da Meda.

Este projecto visa ainda permitir a troca de culturas entre os jovens do nosso país e da comunidade local, com jovens de outros países participantes.

Este contacto com a investigação arqueológica leva os jovens a conhecer uma Região de Portugal que tem juntos dois patrimónios mundiais, as Gravuras Rupestres do Vale do Foz Côa e o Douro Vinhateiro.

É neste contexto que os jovens estrangeiros participantes contactam com duas zonas turísticas de excelência e levam o conhecimento de grande parte da história, da nossa cultura e do nosso património.

A par deste projecto e deste trabalho irão ser desenvolvidas actividades de índole cultural e de animação que contribuirão para a interculturalidade e para a troca de conhecimentos. Para além do projecto em si, os jovens podem ainda conhecer e visitar locais históricos e patrimoniais, como aldeias históricas, miradouros, castelos entre outros. Deslocar-se-ão a Conímbriga, para melhor perceberem o que se faz em arqueologia em Portugal.

Este projecto tem, como não podia deixar de ser, o apoio e parecer positivo do IGESPAR e o acompanhamento do Prof. Doutor Vítor Oliveira Jorge, e ainda do arqueólogo António Nascimento Sá Coxão. Numa região como esta, rica em património, este projecto de escavação, restauro e conservação com vista à musealização, é extremamente importante para o turismo e para a importância do património português.

Neste contexto e nesta acção os jovens estrangeiros podem contribuir para esta divulgação e promoção do que é o nosso país em termos de turismo e património. Nesta zona houve ocupação do homem há milhares de anos o que a torna única para a compreensão e conhecimento da nossa história.

No projecto apresentado pelo Centro Sócio Cultural da Coriscada “Baco – Vale do Mouro”, os objectivos fundamentais são dar continuidade ao trabalho de arqueologia e investigação de acordo com o protocolo estabelecido com Câmara Municipal e a Junta de Freguesia da Coriscada. É também acompanhado pelo arqueólogo Dr. António Coxão.

Pesquisa, escavação, lavagem de material, sua classificação, serão alguns dos trabalhos que os jovens participantes irão realizar. Tem também autorização do IGESPAR.

Este Centro desenvolve acções no âmbito da preservação do Património Urbanístico e Histórico, preservação da Cultura Popular, criação de um Museu e exposições variadas e acções no âmbito da arqueologia local e descoberta do passado.

Estes dois projectos realizados na zona histórica e patrimonial de Foz Côa são importantes para o que pretendo, mais ainda porque se encontram inseridos em dois patrimónios mundiais. Os jovens que participam em projectos como estes levarão consigo algo que podem transmitir e aconselhar.

Reside aqui a questão da importância destes trabalhos para o Turismo e para a divulgação do nosso Património.

No projecto da Associação de Transumância e Natureza “ Inventário e Recuperação do Património Rural na Reserva da Faia Brava”, as tarefas identificadas e propostas são o inventário das infra-estruturas típicas da região (casebres, chibiteiros e outras construções) costumes locais, história, tradições, assim como, trabalhos de reconstrução de muros, telhados de colmo tradicionais, e marcação de percursos pedestres.

Os objectivos são inventariar, reconstruir, preservar o ecoturismo da Faia Brava.

Outro tema muito importante nesta zona histórica e patrimonial, o turismo natural, o ecoturismo.

Para além dos trabalhos propriamente ditos, os jovens têm actividades lúdicas com cultura tradicional, actividades históricas preservadas e recuperadas, como cozer o pão em fornos comunitários. Visitarão as Gravuras do Vale do Côa. Irão visitar e conhecer o Douro Internacional em passeios de Barco.

Como em todos os projectos, e já referido, os monitores e responsáveis têm um curriculum considerável, são especialistas nas áreas em que o trabalho se desenvolve e com experiência em Campos de Trabalho Internacionais.

No Projecto da Ribeira da Faia Brava, há Biólogos, Engenheiros do Ambiente, Engenheiros Florestais entre outros.

Nos projectos do Distrito da Guarda não me foi possível contactar com os jovens participantes, mas nos de Viseu, tive oportunidade de entrevistar e conversar com dois dos Campos de Trabalho Internacionais de S. Joaninho.

Do que ouvi foi suficiente para perceber e concluir que aquilo que levam é a imagem do nosso país, a sua cultura, o seu património e a sua riqueza. Todos dizem que irão voltar. A paz, a simpatia do povo, a genuinidade fazem com que sejamos únicos e marcantes para quem nos visita.

O outro lado dos Campos de Trabalho Internacionais é aquilo que potenciam em termos culturais e patrimoniais. A recuperação e preservação de património tão importante como recuperação arqueológica em Foz Côa, preservação de cultura popular em S. Joaninho, preservação e inventariação de estruturas típicas em Faia Brava.

(IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico acrescentar a sua função em termos de autorização)

INTERNACIONAL WORKCAMPS IN PORTUGAL 2009 - INSTITUTO PORTUGUÊS DA JUVENTUDE

JULY 2009											
IPJ Code	SCI Code	Project	Areas	Place	Organisation Promotor	Start	End	Nº Days	Places	Free Places	Full For
PT-VI-11-09		São Joaquinho Solidário	Socio-comunitária	Viseu	Centro Social e Paroquial de S Joaquinho	1.7.2009	15.7.2009	15	20		
PT-PO-44-09		Casa Amiga do Ambiente	Ambiente	Porto	Aventura Marão Clube Associação Cultural	3.7.2009	17.7.2009	15	20		
PT-GU-22-09		Arqueovento	Arqueologia	Guarda	Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão	13.7.2009	27.7.2009	15	20		
PT-AV-28-09		Avanca 2009	Cultura	Aveiro	Cine-Clube de Avanca	14.7.2009	28.7.2009	15	20		
PT-FA-55-09		Dream of Jazz 2009	Cultura	Faro	Casa da Cultura de Loulé	14.7.2009	28.7.2009	15	14		
PT-VI-05-09		A Aldeia do Teatro	Restauro e valorização histórico-cultural, criatividade e inovação	Viseu	Clube Recreativo de S. Joaquinho	17.7.2009	31.7.2009	15	20		
PT-VI-12-09		Put your Stones on the Way	Restauro e valorização histórico-cultural, criatividade e inovação	Viseu	Centro Social e Paroquial de S Joaquinho	17.7.2009	31.7.2009	15	20		
PT-VI-13-09		Net Generation	Socio-comunitária	Viseu	Centro Social e Paroquial de S Joaquinho	17.7.2009	31.7.2009	15	20		
PT-LE-30-09		Pedregão Aventura 2009	Ambiente, Socio-comunitária	Leiria	Associação de Solidariedade Académico de Leiria	17.7.2009	31.7.2009	15	20		
PT-FA-56-09		Á descoberta do Mundo Rural e ambiental	Ambiente	Faro	Projecto Novas Descobertas	18.7.2009	31.7.2009	14	20		
PT-SA-34-09		O Património através das lentes	Restauro e Valorização histórico-cultural	Santarém	Escora - Associação de Jovens para a preservação Cultural e Arqueológica Montalvão	19.7.2009	2.8.2009	15	17		
PT-GU-24-09		Baco - Vale do Mouro	Arqueologia	Guarda	Centro Sociocultural da Coriscada	27.7.2009	10.8.2009	15	20		
PT-LE-29-09		Óbidos para todos	Restauro e valorização do Património histórico-cultural	Leiria	Associação Espeleológica de Óbidos	30.7.2009	9.8.2009	10	20		

AUGUST 2009											
IPJ Code	SCI Code	Project	Areas	Place	Organisation Promotor	Start	End	Nº Days	Places	Free Places	Full For
PT-EV-02-09		Caça ao Desporto	Criatividade e Inovação	Évora	Clube de Volei de Évora	1.8.2009	15.8.2009	15	20		
PT-VI-07-09		Meet Yourself with São Joaquinho	Socio-comunitária	Viseu	Clube Recreativo de S. Joaquinho	1.8.2009	15.8.2009	15	20		
PT-LE-31-09		Aventura e Património 2009	Ambiente	Leiria	Associação Pombal Jovem	1.8.2009	15.8.2009	15	20		
PT-BR-46-09		Calcedónia	Ambiente	Braga	Associação Aventura da Saúde	1.8.2009	15.8.2009	15	20		
PT-BG-50-09		Pelos Caminhos de Santiago	Ambiente, Socio-comunitária, restauro e valorização do Património histórico-cultural	Bragança	Associação Protectora Amigos do Maças	1.8.2009	15.8.2009	15	18		
PT-AV-27-09		EUROZONE	Questões Europeias	Aveiro	Núcleo de Atletismo de Cucujães	2.8.2009	16.8.2009	15	20		
PT-CO-15-09		Re-imaginando Solidariedade	Socio-comunitária e Restauro e valorização do Património histórico-cultural	Coimbra	Ação para a Justiça e Paz	3.8.2009	17.8.2009	15	20		
PT-VC-53-09		Youth Creativity in a Village of the Peneda Gerês National Park	Ambiente	Viana do Castelo	Associação Desportiva Social e Cultural da Freguesia de Lindoso	3.8.2009	17.8.2009	15	20		
PT-FA-54-09		Aprendendo com o Tradicional	Socio-comunitária, restauro e valorização do património	Faro	Clube Oriental de Pechão	12.8.2009	26.8.2009	15	20		
PT-EV-01-09		Caça ao Desporto nas Freguesias Rurais	Criatividade e Inovação	Évora	Clube de Volei de Évora	16.8.2009	31.8.2009	15	20		
PT-SA-36-09		Me&you@4change.eu	Ambiente, Socio-comunitária e restauro e valorização do Património histórico-cultural	Santarém	Os Quatro Cantos do Cisne	16.8.2009	31.8.2009	15	20		
PT-VI-09-09		Paint Wall	Restauro e valorização histórico-cultural, criatividade e inovação	Viseu	Clube Recreativo de S. Joaquinho	17.8.2009	31.8.2009	15	20		
PT-GU-23-09		Arqueroma	Arqueologia	Guarda	Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão	17.8.2009	31.8.2009	15	20		
PT-VC-52-09		Animar para Proteger	Ambiente, Socio-comunitária	Viana do Castelo	Associação Social recreativa Juventude de Vila Fonche	17.8.2009	31.8.2009	15	20		
PT-GU-21-09		Inventário e Recuperação do Património rural e cultural na Reserva da Fala Brava	Restauro e valorização do Património histórico-cultural	Guarda	Transumância e Natureza - Associação	18.8.2009	30.8.2009	13	15		
PT-CB-26-09		Valorização do Vale Glaciar de Manteigas	Ambiente	Castelo Branco	Geração Espontânea	19.8.2009	31.8.2009	13	12		

SEPTEMBER 2009

IPJ Code	SCI Code	Project	Areas	Place	Organisation Promotor	Start	End	Nº Days	Places	Free Places	Full For
PT-PO-45-09		Amarante - Cidade das Civilizações	Criatividade e Inovação	Porto	Aventura Marão Clube	3.9.2009	17.9.2009	15	20		
PT-CO-16-09		Recriando Espaços e Imaginando o Futuro	Socio-comunitária e Restauro e valorização do Património historico-cultural	Coimbra	Ação para a Justiça e Paz	7.9.2009	21.9.2009	15	20		
PT-CO-18-09		Dar Vida à Casa da Natureza	Socio-comunitária e Restauro e valorização do Património historico-cultural	Coimbra	Activar - Associação de Cooperação da Lousã	13.9.2009	27.9.2009	15	20		

Mapa nacional das aprovações dos Campos de Trabalho Internacionais.

Este mapa é o mapa com as aprovações, a nível nacional, dos Campos de Trabalho Internacionais. Por aqui podemos ver as aprovações dos Campos, as datas de realização, o número de jovens envolvidos. Neste mapa são geridas as inscrições conforme os jovens se inscrevem. Todas as semanas Lisboa envia para cada Direcção Regional o mapa actualizado. Quando está cheio, apenas se aceitam condicionais, ficando o jovem à espera que haja alguma desistência. No caso de não haver poderá sempre optar por outro que ainda tenha vaga.

As inscrições de jovens portugueses são, como também referi, apresentadas em papel em cada Loja distrital ou directamente para os Serviços Centrais do IPJ. P.P em Lisboa. No acto de inscrição o jovem entrega uma caução de 25 euros que lhe será restituída com declaração de participação no Campo, quando o mesmo é realizado fora do país. No caso de ser em Portugal, o jovem português não recebe a caução indo esta directamente para a entidade, caso esta assim o entenda. Há entidades que abdicam desta quantia.

Os jovens estrangeiros têm sites específicos para consultarem as informações dos Campos e fazem a sua inscrição no site que é depois transferida para o IPJ. I.P de Lisboa – Serviços Centrais onde é gerido todo o processo de colocação e inscrição de jovens nos Campos Nacionais e estrangeiros.

Alguns sites onde os jovens podem consultar os Campos e ver as actividades de cada um, a localização, a referência e área de Trabalho são:

www.juventude.gov.pt – site do Instituto Português da Juventude, I.P

<http://www.sciint.org> – Service Civil International

http://www.icye.org/eng/placem_search.html - International Cultural Youth Exchange (ICYE)

<http://www.yap-uk.org/> -Youth Action Peace (YAP)

Dos inquéritos enviados para os campos referidos, foram devolvidos e preenchidos 37.

Ao fim de observar as idades constatei que os jovens participantes são a maior parte dos 18 aos 25 anos.

Em relação à nacionalidade, pude ver que são de diferentes países europeus, como, , Espanha, França, Servia, Bélgica, entre outros.

São jovens estudantes com formação superior e com vontade de conhecer.

Como não pude visitar e contactar directamente com os jovens dos campos de trabalho internacionais realizados no distrito da Guarda, para os quais enviei inquéritos, não tenho

pessoalmente as impressões sobre o país e o campo de trabalho internacional em que participavam.

No caso de Viseu foi importante a visita que dois dos campos de trabalho internacionais de São Joãozinho fizeram ao Instituto Português da Juventude de Viseu. Na visita guiada às instalações foram muitas as surpresas das impressões que me foram transmitidas por jovens de vários países, alguns dos quais a primeira vez que vêm a Portugal.

Foi dito pelos jovens que Portugal é um país lindo, com muito sol, com uma cultura muito grande e muito interessante, que as pessoas são simpáticas, acolhedoras e abrem a porta a quem não conhecem! Que existe também ainda uma mentalidade nas aldeias e vilas pequenas como é o caso de S. Joãozinho, e de Santa Comba Dão, que precisam de alargar os horizontes e perceber as diferenças.

A intelectualidade é fundamental nestes Campos de Trabalho Internacionais. Estes jovens são formados, cultos, ávidos de conhecimento e que vêm procurar nestes países e nestas culturas diferentes que lhes permitam também conhecer melhor o nosso povo e a nossa história.

São jovens exigentes, que apontam falhas na organização, que pretendem actividades e ocupações organizadas devidamente, e não de qualquer modo. Que vêm com uma finalidade e que será frustrante não terem o trabalho mencionado na divulgação, é isso que os traz a Portugal, conhecer, aprender, aqui está patente a tão importante educação não formal, que os programas e objectivos do Instituto Português da Juventude apontam.

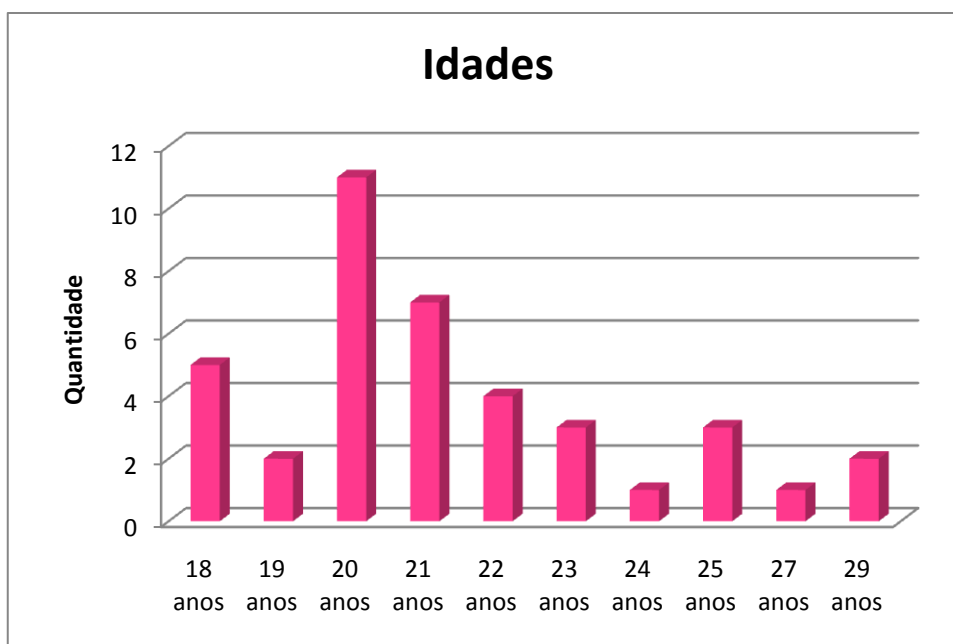
Transmitem também em as actividades extra do Campo de Trabalho, permitem visitar e conhecer Património e Monumentos que lhes provam a tão importante e vasta História de Portugal.

Alguns jovens de S. Joãozinho já participaram noutros Campos de Trabalho, como forma de férias educacionais e forma de conhecer e aprofundar temas.

Das visitas realizadas ao Instituto Português da Juventude, I.P., todos manifestaram a sua surpresa em termos de infra-estruturas e de equipamentos, reconhecendo que em Portugal a Juventude tem à sua disposição matéria física e humana, para serem cidadãos activos e participativos.

As impressões que levam são as melhores, e as promessas de voltar são unânimes, bem como a divulgação e promoção junto de outros jovens do seu país, e até de outros países por onde passem. São jovens que gostam de conhecer e divulgar, falam e transmitem, o seu testemunho é o mais importante para o turismo, eles transmitem não só o que viram mas o que aprenderam, dão testemunho com qualidade.

INQUÉRITOS – RESULTADOS



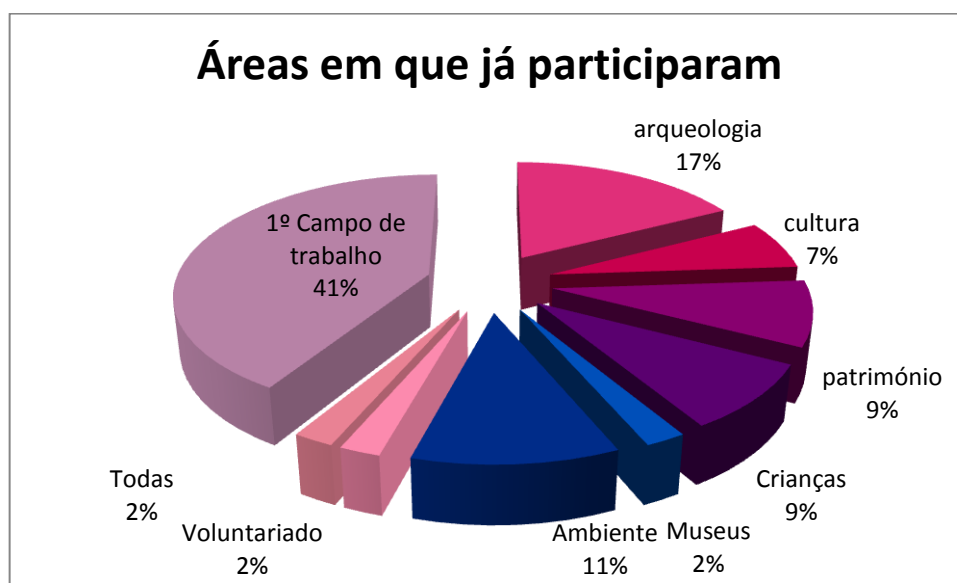
Mapa das idades dos jovens participantes nos CTI

Neste gráfico podemos ver as idades dos jovens que responderam aos inquéritos. Por esta amostra verificamos que a maioria dos jovens tem vinte anos. São portanto jovens que estão ainda a estudar e pretendem conhecer. Não estão ainda inseridos no mercado de trabalho e não terminaram os estudos. Além do convívio com outros jovens vêm para aumentar conhecimentos, desenvolver competências e completar a sua formação teórica com a prática dos Campos de Trabalho ou simplesmente pelo prazer de contribuir para um projecto social.

Nas entrevistas pessoais, também mostraram o lado de vir para Portugal como oportunidade de conhecer (turisticamente) sem despendarem muito dinheiro.

São jovens normalmente com uma cultura elevada e que, se não viessem para esta actividade, de modo nenhum ficariam inactivos.

Salienta-se ainda neste gráfico a idade dos 22 anos, com uma diminuição progressiva dos participantes. Isso poderá ter a ver com a idade terminal dos cursos e com a inserção no mercado de trabalho que se verifica muitas vezes por essa idade.

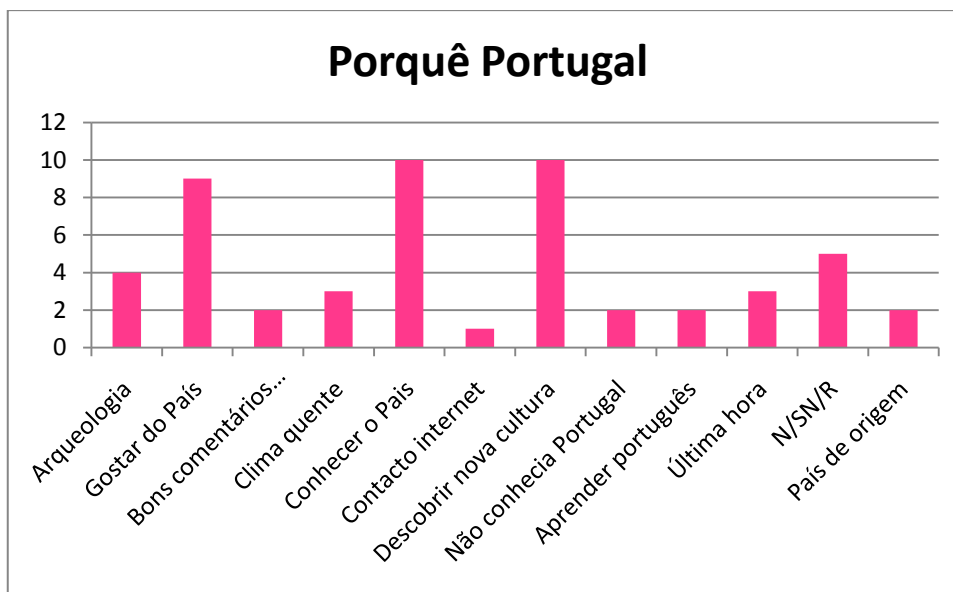


Mapa das áreas em que já participaram em CTI

Como podemos ver pelo gráfico alguns destes jovens já participaram em Campos de Trabalho, sendo que a maioria é a primeira vez.

Como atrás vimos, a idade mostra que de facto são muito jovens e que por isso participam só agora num Campo de Trabalho. Isto também tem uma explicação, é o meio de um percurso de vida em que é mais fácil fazer e realizar este tipo de programas nas férias escolares de Ensino Superior, em que não têm estágios a fazer e ainda não estão profissionalmente estáveis com profissão definida e efectiva.

No mapa nota-se que os que já estiveram em Campos de Trabalho participaram em diversas áreas, sendo que as mais participadas são arqueologia e ambiente. Se a estas duas áreas juntarmos o património, temos 37 %, o que demonstra a apetência dos jovens pelo passado e pela preservação e a forma como estão sensíveis a áreas importantes de preservação como a arqueologia e património que preservam a História e o ambiente, construtor do futuro.



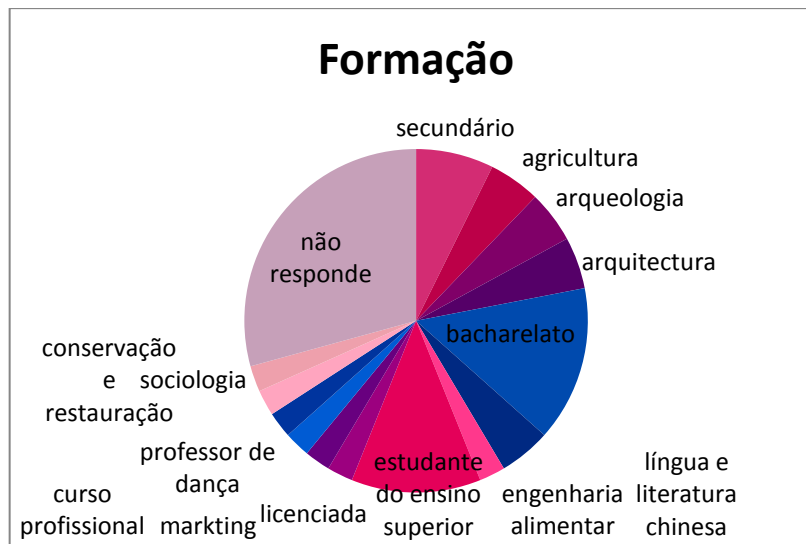
Mapa da escolha de Portugal para participar nos CTI

A escolha de Portugal tem, como o mapa mostra, várias razões sendo que a percentagem maior diz ser de vontade de querer conhecer o país. Isto tem a ver certamente como espírito de descoberta e curiosidade dos jovens que nesta idade procuram rasgar horizontes.

Dos entrevistados pessoalmente, foi notória a resposta de Portugal ser um País de paz, sol, paisagens bonitas, boa comida e simpatia.

Aqui está já a boa divulgação que é feita por parte de quem cá vem. Todos eles disseram que foi por indicação e sugestão de outros, amigos, família e informações que levaram à escolha de Portugal.

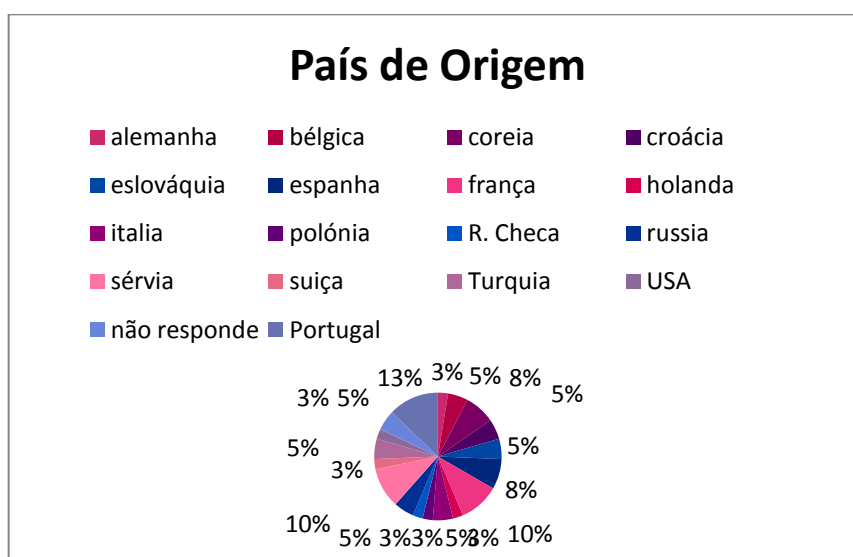
No mapa também temos motivos interessantes como conhecer a cultura, conhecer o país e arqueologia, aprender português entre outros.



Mapa da Formação/habilitações dos jovens participantes nos CTI

A grande maioria não responde. Os jovens estrangeiros não ligam muito às habilitações e à formação académica. Para eles a participação num Campo de Trabalho é muito mais importante que outras coisas. Tenho assistido a jovens que terminam cursos como medicina, engenharia, economia entre outros e que não dizem a formação, a não ser que seja necessário, pois a vontade de aprender por si, de conhecer, de conviver, divertir e formar na experiência da vida, é o mais fundamental e importante da vida, e é nisto que se nota a diferença entre jovens portugueses e estrangeiros, pois os portugueses pretendem fundamentalmente a formação académica e fazem disso obsessão e objectivo fundamental.

Outra grande diferença é que são muito poucas as inscrições para participar nos Campos de Trabalho Internacionais no estrangeiro por parte dos jovens portugueses e nem nos de Portugal temos inscrições em número significativo. Os Portugueses nesta matéria de aprender por si e ir à aventura e querer saber mais para além da educação formal, não arriscam, não gostam e não querem. Nos últimos anos começam a ir em Erasmus e Sócrates mas em relação aos outros países da União Europeia, Portugal tem pouca percentagem de jovens a participar nestes programas. E é nestes que participam porque estão relacionados com a Formação Superior que pretendem. Os Programas de educação não formal que tenham que envolver a suas capacidades de pesquisa e de enriquecimento pessoal são muito mais difíceis de escolher de participar. Parece-me que existe também nisto uma questão cultural de família e de ninho que leva à fraca saída de casa para outros países sem ser para ganhar dinheiro ou escolha profissional.



Mapa com o país de origem dos jovens participantes nos CTI

Não existe um país dominante, pois há inscrições de vários países da União Europeia. No entanto, salientam-se os 10% atingidos pela Suíça e Sérvia, os países com mais inscritos. Se em relação à Suíça, poderá explicar-se por ali existir uma grande comunidade portuguesa que divulga o país, o mesmo não se poderá dizer da Sérvia e só a curiosidade poderá explicar a grande quantidade de jovens que dali vêm para os CTI em Portugal.

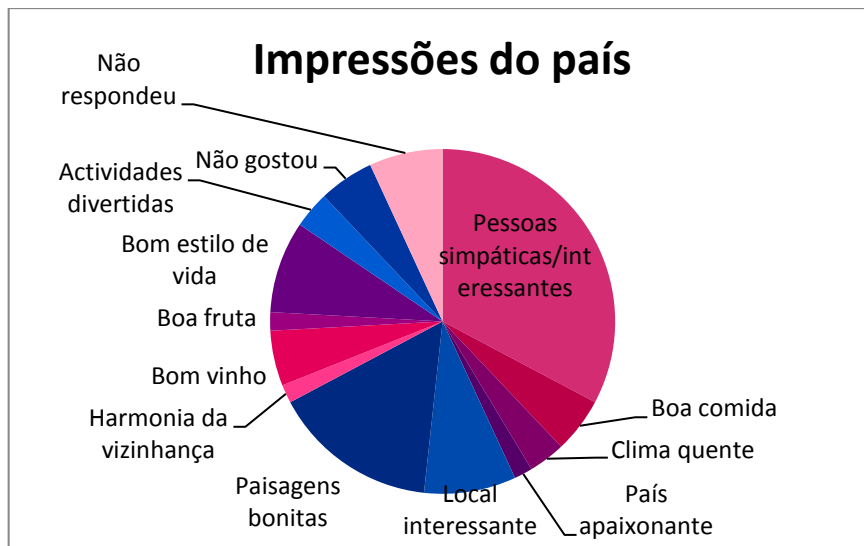
De resto, nota-se um equilíbrio acentuado entre todos, mas com os países latinos em primeiro lugar, nomeadamente a Espanha de onde vêm 8% dos jovens. Por este mapa fica a noção da divulgação que em termos turísticos deverá ser feita, mesmo em termos de marketing turístico geral e não apenas juvenil. Temos jovens de 16 países onde a divulgação sobre Portugal irá passar e, como se sabe estes jovens transmitirão a outros o que de bom aprenderam, conheceram e no que participaram.



Das entrevistas apresentadas foi interessante perceber o que os jovens mais gostaram de fazer. São muitas as actividades escolhidas. No entanto sobressai a reconstrução de casas típicas, limpeza, escavações e recolha de materiais. É evidente que esta escolha está condicionada à partida pelas actividades propostas para cada um dos campos em que os jovens participaram. Todavia, não deixa de ser curioso que as actividades mais indicadas sejam as relacionadas com a defesa e a preservação do Património, englobando-se aqui a construção/reconstrução. Ora, já no gráfico acima relacionado com as áreas de participação, os jovens que participam pela segunda vez vêm para actividades relacionadas com esses temas. Isto demonstra, no mínimo, que são áreas de agrado dos jovens e que possivelmente os campos de trabalho deveriam apostar mais nestas áreas.

Estes jovens são muito exigentes, e em entrevista pessoal referem que se vêm para realizar um Campo de Trabalho Internacional numa determinada área, esta terá que ser realizada. Não gostam de vir e não ter o trabalho que consta da ficha de actividade, criticam a falta de actividades se tal acontecer e a falta de organização.

Por aqui somos a considerar que em termos turísticos estas actividades poderiam ser muito mais aproveitadas e divulgadas. Estes jovens vêm com uma finalidade que Portugal e todos os países que apresentam estas candidaturas poderiam rentabilizar em termos de turismo interno e externo.



Mapa com as impressões dos jovens sobre Portugal

Os jovens são muito sinceros sobre aquilo que mais gostaram e as impressões sobre o nosso país.

A nossa simpatia é de facto o mais relevante para os jovens que nos visitam. Podemos ver no mapa que é a fatia com mais respostas. Este ponto é fundamental, porque é esta a imagem que levam e que transmitem nos seus países. No entanto, todas as notas dadas são fundamentais. A palavra passada sobre o nosso país é mais importante que qualquer divulgação oficial. Todos sabemos, por experiência própria, que iremos a locais que os nossos amigos nos indicam como local a visitar. Esses locais são sempre indicados porque têm determinadas características, interesse, paz, pessoas agradáveis, boas paisagens, locais onde é possível passear à vontade sem objecção, sem condicionantes. Ora, Portugal tem todas estas características e por isso deve-se apostar fortemente na divulgação do nome de Portugal com esta base.

Se aliarmos todos as notas apontadas pelos jovens que participam nos CTI como boas impressões do nosso país, a infra-estruturas de qualidade e bons equipamentos, a hotéis de qualidade, a boa gastronomia e bons restaurantes, teremos no turismo deste século um dos principais contribuintes para a economia nacional.

As apostas não são só da parte das entidades oficiais do Turismo, mas também de todas as outras entidades que estão marginalmente a este sector, como o IPJ. Saberá o Instituto Português da Juventude e as entidades promotoras deste Campos de Trabalho Internacionais, da importância que estas actividades, que estas candidaturas têm para uma área que será no futuro tão importante para a economia portuguesa? Como se vê, o IPJ poderá ter um papel importante no sector turístico e na defesa da Património, se souber aliar às suas propostas de

actividades nestes domínios, as características do território (paisagem) e do povo (simpatia...). São pequenas coisas que à primeira vista não parecem importantes mas que no fundo são significativas para esta aérea e aqui o IPJ poderá e deverá pensar mais longe.

1.5 Análise crítica dos Campos de Trabalho

Depois de todo o estudo feito impõe-se apresentar alguma solução para as falhas encontradas.

A análise dos inquéritos, e as entrevistas pessoais, permitem verificar que os jovens gostam de conhecer a nossa cultura, o nosso património as nossas tradições, enfim tudo o que faz de nós um povo único e diferente. Levam uma ideia importante em termos de divulgação turística do nosso país. Encontramos também severas críticas a falhas do plano apresentado em cada campo, do ponto de vista das visitas e ocupação do tempo fora do âmbito da actividade prevista, no trabalho propriamente dito.

A exigência destes jovens é grande. Para colmatar estas falhas e prevenir o abandono do Campo e da recuperação feita, seria de todo importante existir um *Manual de Boas Práticas* ou um *Roteiro* obrigatório em cada distrito, sendo que nele estariam empenhadas as entidades públicas e privadas locais e nacionais.

Seria um Manual onde estariam todas as normas e directivas do Programa, bem como a parceria com as diversas entidades locais, o apoio destas na planificação das actividades que os jovens desenvolveriam enquadrados no Campo onde participariam.

Este documento teria que conter os locais de visita obrigatória como, Museus, Edifícios Públicos, Teatros, Salas e Casas de Cultura, Património Local. Teria ainda a cultura tradicional por onde e onde os jovens aprenderiam a conhecer melhor o nosso país tal como, associações com folclore, música tradicional, artesanato típico, entre outras.

Desta forma colmatavam-se as falhas apontadas nas visitas extra Campo de Trabalho, que são o que os jovens gostam em termos de cultura do próprio país. Seria também um modo de divulgação da nossa cultura e da nossa História, para além do Trabalho desenvolvido na área escolhida.

Outras observações, no entanto, se podem fazer aos CTI e às instituições organizadoras.

Começando pelo Instituto Português da Juventude, I.P e sendo o responsável pelos Campos de trabalho Internacionais nunca conseguiu ver a importância que estes têm para o

Turismo e para a divulgação do nosso país. Este é um dos principais problemas que se depara na organização e divulgação dos CTI e, conseqüentemente, de Portugal. Pensamos que os CTI, como deixámos antever ao longo das páginas escritas, são fundamentais na divulgação do país junto da camada jovem.

Sendo o responsável pelos Campos de Trabalho Internacionais, o IPJ nunca conseguiu ver a importância que estes têm para o Turismo e para a divulgação do nosso país, não tentando analisar, em termos mais vastos, o que poderia fazer para conseguir mais empenhamento das autarquias e das entidades locais, no acompanhamento e parcerias com a recuperação, preservação e manutenção do Património Público Português.

Os campos de trabalho nacionais e em especial os internacionais têm desenvolvido um trabalho muito importante nos diversos países da União Europeia e em especial em Portugal.

Ressalta também do nosso estudo que a defesa e divulgação do património podem passar muito pelos CTI desde que os organismos responsáveis, nomeadamente o IPJ, IGESPAR, autarquias locais e associações locais de cultura se consciencializem da importância que os jovens atribuem a esta área. Os jovens procuram os CTI que tenham esta área, gostam de trabalhar nestas áreas quando lá estão e só é pena que não seja dada sequência ao bom trabalho que tem sido desenvolvido em muitos CTI. A recuperação, preservação e manutenção do Património Público Português, são o sinal distintivo no mundo e na Europa em particular, fazendo parte de uma interculturalidade dignificante.

Os trabalhos que estes jovens realizam permitem colocar a descoberto parte da nossa História e da nossa cultura. Esta questão da dignificação do trabalho feito e da sua manutenção posterior é uma das principais que se devem colocar, e, como deixámos escrito, só através de parcerias e distribuição de responsabilidades entre as entidades promotoras dos CTI é possível concretizá-la.

Através dos campos de trabalho tem sido possível realizar muitas obras nos locais mais públicos e mais recônditos deste país, nomeadamente:

- Recuperação e preservação de achados arqueológicos;
- Recuperação e preservação de moinhos, pontes romanas, castros, recolha e análise de tradições (via oral), costumes e hábitos locais e outros monumentos de interesse vital para o conhecimento da nossa história. Por regra são associações culturais que se candidatam a estes programas financiados pela União Europeia. Localmente contam, como vimos, com o apoio logístico e até financeiro por parte de Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais, iniciativa privada e com o “Know-How” das Universidades.

Felizmente, nem tudo é mau e hoje existem bons exemplos que aproveitaram este trabalho de campo e o rentabilizaram, criando percursos pedestres que passam por esses locais, promovendo visitas guiadas, “raides” fotográficos, concursos de pintura ao ar livre e outros meios, para atingir o fim último, que é a divulgação e a preservação do património.

Começa a existir hoje uma nova geração de autarcas, nomeadamente ao nível das Juntas de Freguesia, muito sensibilizada para estas temáticas, candidatando – se a programas comunitários e nacionais que disponibilizam meios financeiros para a manutenção destes locais e / ou divulgação.

Por outro lado também há tristes exemplos de campos de trabalho que fizeram um excelente desempenho (nomeadamente na arqueologia, nas escavações, limpezas, sinalética e divulgação), mas cujo poder local e até nacional se demitiram da sua responsabilidade e hoje tudo voltou ao ponto de partida. A erva apoderou – se novamente desses locais, a sinalética desapareceu e com ela até alguns objectos e vestígios foram cobiçados por pessoas com menos escrúpulos. São vários os casos em que projectos de reconhecido valor cultural não completam o ciclo: descoberta, inventariação, sinalética, divulgação e manutenção. Em alguns casos, parece que estamos a começa do zero. Uma vez advoga-se a falta de verbas, outras é a falta de sensibilidade e conhecimento dos autarcas e poder central. É o fatalismo lusitano.

Só é possível haver sucesso quando os promotores dos campos de trabalho, as autarquias, o poder central e as instituições de ensino trabalham de forma coordenada.

Uma outra vertente importante dos campos de trabalho é que eles podem também ser promotores de desenvolvimento económico e social das regiões onde se desenrolam, pelo que fica após estes terem terminado.

O Castro da Cárcoda, o Rio Contença, o Pisão de Carvalhais e os moinhos centenários de S. Pedro do Sul, para apontarmos apenas estes exemplos do património natural, ambiental e construído, foram recuperados e limpos através de Campos de Trabalho Internacionais. Através da divulgação feita, e apesar do abandono a que foram votados posteriormente, é possível ver no local turistas e estudiosos nacionais e estrangeiros que são agentes de desenvolvimento e que de outra forma dificilmente viriam a este local, pois nem sequer conheceriam estes lugares.

CONCLUSÃO

Este trabalho pretende ser apenas um apontamento que poderá vir a ser objecto de um estudo mais profundo.

Os Campos de Trabalho Internacionais são um Programa que interessa não só aos jovens mas a todas as entidades públicas e privadas no sentido da dinamização do nosso Turismo e da rentabilização de recursos.

Com este estudo pretendeu-se demonstrar que os Campos de Trabalho Internacionais são fundamentais para a concretização dos objectivos de promoção, divulgação e ainda da preservação, do nosso património e da nossa cultura, pois estes Campos de Trabalho não se confinam a uma só região mas ao País, o que permite desenvolver e realizar estas actividades em diversos locais.

Este estudo permitiu perceber que estes jovens são cultos, que se preocupam em saber mais, perceber e conhecer as pessoas e a sua história.

Os inquéritos mostram que é positiva a sua vinda pelo que gostaram e pelo que irão transmitir. Referem a importância do trabalho realizado no património e na cultura e como esta riqueza é importante para o nosso país.

É importante concluir que estes jovens são veículo de transmissão das nossas potencialidades e que, como referem nos inquéritos, levarão na sua memória a comida, o sol, o vinho, as paisagens, enfim, o nosso património e a nossa cultura.

Conclui-se ainda que as entidades locais, públicas ou outras, podem e devem trabalhar, conjugando os diversos interesses, por exemplo realizando percursos e Programas que permitam visitas nacionais e estrangeiras a estes locais, como dissemos. Devem também conjugar esforços no sentido de manter e preservar o trabalho realizado para que não tenha sido em vão.

Não vale a pena apostar, apenas e só, numa área ou local, tem que se fazer um projecto integrado de entidades e um projecto integrado de recursos, com unidades hoteleiras, de restauração, unidades de lazer, ligando o ambiente e a sua preservação a todo o património cultural e histórico de um povo.

Não basta ter o local, há uma série de infra-estruturas necessárias e exigidas pelos turistas. Não basta limpar uma vez, recuperar num verão e abandonar no inverno. O investimento feito num verão tem que ser aproveitado e rentabilizado no inverno seguinte.

Existem muitos exemplos que mostram que, depois de vários anos da realização, por exemplo, da recuperação de um Castro nada mais foi feito, encontrando-se o mesmo completamente coberto pelo mato e sem identificação, passados apenas um ano ou dois da sua recuperação.

Numa altura difícil, numa altura em que não há recursos financeiros, devem ser rentabilizados, deve também ser equacionada a parceria entre entidades públicas e privadas tendo como objectivos comuns esta preservação já iniciada e a consciência de que este trabalho é uma mais-valia para a comunidade local e para o País.

Sugere-se a procura de soluções para que tudo tenha um propósito, um objectivo comum e de interesse público.

Parece que se deve concluir que as entidades locais e outras podem e devem trabalhar em conjunto, conjugando os diversos interesses para que o Turismo e o Património contribuam para o desenvolvimento do país.

Como conclusão final, parece-nos que ficou demonstrado, ao longo deste trabalho, que a mobilidade juvenil e os campos de trabalho internacionais são efectivamente importantes para o desenvolvimento do turismo cultural e patrimonial em Portugal.

BIBLIOGRAFIA

a) Livros e artigos

ABREU, Paula (1993): «Turismo Internacional de Jovens. O universo das formas, dos motivos e das representações juvenis sobre a viagem», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 43 (Outubro), pp.69-91.

BARRETO, Margarida, *Manual de Iniciação do Estudo do Turismo*, Papyrus Editora, campinas, 2008

BOURA, Isabel (2002-2004): Património e mobilização das comunidades locais: das Aldeias Históricas de Portugal aos Contratos de Aldeia», *Cadernos de Geografia*, nº 21-23, pp.115-126.

CATALÃO, Carla (2008): «Movijovem e mobilidade juvenil», *Revista Turismo e Desenvolvimento*, nº 9, pp. 175-182.

COMISSÃO EUROPEIA – Programa “*Juventude em Acção*” – Guia do Programa 2009

COSTA, Carlos (2005): «Turismo e Cultura. Avaliação das teorias e práticas culturais do sector do turismo (1990-2000)», *Análise Social*, vol. XL (175), pp.279-295.

COSTA, Carlos; BUHALIS, Dimitrios (2006): «Synergies between territorial planning and strategic management: a prospective analysis», in Maria Lucinda Fonseca (coord.), *Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós-Agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer*, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, pp.191-213.

COSTA, Flávia Roberta, *Turismo e Património Cultural. Interpretação e Qualificação*, Editora SENAC, S. Paulo 2009.

COSTA, Henrique Videira Costa (1998): «Artes e ofícios tradicionais: um factor fundamental do desenvolvimento local; uma componente genuína do turismo cultural ou de como os nossos antepassados nos deixaram a cana para podermos pescar», *Turismo: Horizontes Alternativos*, Lisboa: Edições Colibri, pp.101-127.

CUNHA, Licínio (2003²): *Introdução ao Turismo*, Lisboa: Editorial Verbo.

CUNHA, Licínio (2003a): «Turismo Cultural como base do turismo», *Arkeos*, nº 14, pp.161-166.

DOMINGOS, Maria (2003): «Campo de Trabalho Internacional 2001», *Cadernos do Património*, vol. I, pp.91-93.

DR nº 242 de 18 de Outubro de 2001

FERNANDES, Luís da Silva (2008): «Turismo e desenvolvimento local: o contributo do Turismo Rural-Cultural», *Máthesis*, nº 17, pp.333-337.

FERREIRA, Ana & COSTA, Carlos (2006): «"Novos turistas" no centro histórico de Faro», *Análise Social*, vol. 41 (180), pp.767-799.

FERREIRA, Marisa, PROENÇA, Teresa & PROENÇA, João F. (2008): «As motivações no trabalho voluntário», *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, Julho / Setembro, pp.43-53.

GARCIA; Valéria Aroreira, *Práticas Escolares e não escolares e Organizações Alternativas*

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50,Mar. 2006 . Available from

IVS (2005): Workcamp Organizer's Manual, in <http://www.ivs-vfp.org/OrganizersManual.htm> (acedido em 20/03/10).

JOAQUIM, Graça (2003): «Turismo sustentável: o desafio da inovação e da tradição», in O. Simões e A. Cristóvão (org.), *TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais*, Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra, pp.57-64.

KLICEK, Tamara & BRENDA, Zélia (2010): «The role of Volunteer Tourism: the case of International Work Camps in Vojvodina, Serbia», *Revista Turismo e Desenvolvimento*, nº 13/14, pp. 609-620.

KLICEK, Tamara (2008): «Creative development of cultural tourism through international voluntary camps», in Greg Richards / Julie Wilsons (eds.), *From Cultural Tourism to Creative Tourism*, Arnhem: ATLAS, pp.35-44.

LICKORISH, Leonard J.; JENKINS, Carson L. (2000): *Introdução ao Turismo*, Editora Campus.

MALTA, Paula Alexandra & CARNEIRO, Maria João (2005): «Turismo e Educação, mobilidades e Ensino Superior – outras teias da Globalização», *Revista Turismo e Desenvolvimento*, nº 2 (1), pp.115-128.

MANIQUE, Paulo; MENDES, Sofia (2003): «Campo de Trabalho Internacional 2000», *Cadernos do Património*, vol. I, pp.81-82.

MATIAS, Álvaro (2007): *Economia e Turismo. Teoria e Prática*, Lisboa: Instituto Piaget

McGEHEE, Nancy Gard (2002): «Alternative tourism and social movements», *Annals of Tourism Research*, vol. 29 (1), pp.124-143.

McGEHEE, Nancy Gard; SANTOS, Carla Almeida (2005): «Social change, discourse and volunteer tourism», *Annals of Tourism Research*, vol. 32 (3), pp.760-779.

PARKER, Stanley, *A sociologia do lazer*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.

PINTO, Luis Castanheira, *Sobre Educação Não-formal*, *Cadernos d'Inducar*, <http://www.inducar.pt/webpage/contents/pt/cad/sobreEducacaoNF.pdf>

RAUCH, André (2001): «As férias e a natureza revisitada (1830-1939)», in Alain Corbin, *História dos Tempos Livres*, Lisboa: Teorema, pp.91-135.

REVISTA TURISMO E DESENVOLVIMENTO, “*The Role of Volunteer Tourism : The case of International Work Camps in Vojvodina, Serbia*, nº 13/14 2010

RICHARDS, Greg & WILSON, Julie (2006): «Youth and adventure tourism», in Dimitrios Buhalis & Carlos Costa, *Tourism Business Frontiers. Consumers, Products and Industry*, Elsevier, pp.40-47.

RICHARDS, Greg [ed.] (1996): *Cultural Tourism in Europe*, Wallingford.

RITCHIE, Brent W. (2003): *Managing Educational Tourism*, Channel View Publications, Clevedon.

ROCA, Joaquín Garcia, *Solidariedad y voluntariado*, Sal Terrae, Maliano, 1964.

SANTOS, Lurdes (2002): *Caracterização de Voluntários – Perfil do Voluntário Jovem*, Comissão Nacional para o Ano Internacional dos Voluntários / IPJ.

SANTOS, Norberto Pinto, e António Gama, *Lazer da Libertação do tempo à conquista das práticas*”, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

SILVA, Albino (2004): «A investigação científica e o turismo», *Revista Turismo e Desenvolvimento*, nº 1 (1), pp.9-14.

SILVANO, Justina; KASTENHOLZ, Elisabeth (2009): «O turismo em áreas rurais como factor de desenvolvimento. O caso do Parque Natural de Montesinho», in Álvaro Matias / Raúl Sardinha (eds.), *Avanços em Economia e Gestão do Turismo. Novas Tendências, Sustentabilidade e Desenvolvimento Regional*, Lisboa: Instituto Piaget, pp.101-118.

UNESCO – CCIVS (2007): *Être volontaire en Europe, Afrique, Asie, et Amériques. Guide et adresses indispensables pour vous guider et préparer votre projet – Chantiers internationaux*

de volontaires. Projets de volontariat à court, moyen et long terme, in www.unesco.org/ccivs/New.../FR.../guideduvolontairefullfr.pdf (acedido em 20/03/10).

UNESCO (1949): *Second Conference of Organizers of International Work Camps*, Paris.

UNESCO (1953): *Sixth Conference of Organizers of International Voluntary Work Camps (Unesco House, Paris – 19-20 March 1953)- Final Report*, Paris.

UNESCO (1956): *Ninth Conference of Organizers of International Voluntary Work Camps*, Paris.

UNIÃO EUROPEIA: «Voluntariado / Intercâmbios», *Portal Europeu da Juventude*, http://europa.eu/youth/volunteering - exchanges/index_eu_pt.html (acedido em 20/03/10).

VAZ, João L. Inês, *Vias romanas da Civitas de Viseu: características e sobrevivência*, V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitânia Romana: las Comunicaciones, Mérida, 2004, p. 117-134.

VIEIRA, Isabel; BRANCO, Didiana (2008): «Programa de voluntariado cultural: cultura voluntária em Lamego», *Millenium* 34 (Maio), pp.67-76.

VIEIRA, João Martins, “*A Economia do Turismo em Portugal*”, Publicações Dom Quixote, Lisboa 1997

VINUESA, Troitiño e Miguel Ángel, *Patrimonio arquitectónico y urbanístico como recurso turístico*, in Joaquin S. Garcia Marchante, Maria del Carmen Poyato Holgado, *La Función Social del patrimonio histórico: el Turismo Cultural*, Universidad de Castilla-la Mancha, 2002.

WEARING, S. (2001): *Volunteer Tourism: Experiences That Make a Difference*, CABI Publishing, Wallingford.

b) Legislação

Regimento do Programa Parlamento Jovem de 2009

Resolução do Conselho de Ministros nº 63/2005 de 14 de Março

Portaria nº 1227/2006 de 15 de Novembro

Portaria nº 1228/2006 de 15 de Novembro

Portaria nº 1229/2006 de 15 de Novembro

Portaria nº 1230/2006 de 15 de Novembro

Portaria nº 201/2001, d 13de Março

Portaria nº 202/200 de 13 de Março

Portaria nº 202/2001 de 13 de Março

Portaria nº 286/2007 de 16 de Março

Portaria nº 345/2006 de 1 de Abril

Portaria nº 345/2006 de 11 de Abril

Portaria nº 662/2007de 31 de Maio

Decreto – Lei nº 168/2007 de 3 de Maio

Decreto – Lei nº 168/2207 de 3 de Maio

Decreto – Lei nº 23/2006 de 23 de Junho

Decreto – Lei nº 304/2003 de 9 de Dezembro

Decreto – Lei nº 483/1998 de 26 de Dezembro

Decreto –Lei nº 109/2005 de 8 de Julho

c) Webgrafia

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362006000100003&lng=en&nrm=iso>. access on 06 June 2011. doi: 10.1590/S0104-40362006000100003

<http://juventude.gov.pt>

<http://voluntariado.pt>

<http://cruzvermelha.pt>

<http://ami.org.pt>

<http://www.vitruvius.com.br/documento/patrimonio/patrimonio13.asp>

<http://juventude.pt>

<http://.movijovem.pt>

<http://voluntariadojovem.pt>

ANEXOS



Instituto Português
da Juventude, IP.

Instituto Português da Juventude | Portuguese Youth Institute

Campos de Trabalho Internacionais (CTI) | Workcamps

[Programa mobilidade e intercâmbio para jovens - Portaria n.º 345/2006 de 11 de Abril]

Boletim de Inscrição - Volunteers application form - ano 2009

Campos de Trabalho Internacionais



Por favor preencha de forma legível e com letra grande. Caso se inscreva em Campos de trabalho para o estrangeiro preencha o formulário em Inglês - Please fill the form clearly, in english with capital letters

CTI em Portugal:

CTI no estrangeiro:

1. IDENTIFICAÇÃO - IDENTIFICATION

Apelido - Surname: _____ Nome - First Name: _____

Morada - Address: _____

Cód Postal: - - Code: _____ Localidade - City: _____

Telefone - Phone: _____ E-mail: _____

Telef Emergência (dia) - Emergency Phone (day) _____ (noite - night) _____

Nacionalidade - Nationality: _____ Género - Gender: M F:

Data de nascimento - Birthday: / / Idade - Age: _____

Nº do Passaporte - Passport number: Bilhete de Identidade - ID card

Passaporte Emissão - Passport issue / / P Validade - Passport expiration / /

2. OCUPAÇÃO - OCCUPATION

Estudante - Student: SIM - Yes NÃO - No Ocupação - Occupation _____

3. EXPERIÊNCIA EM ACTIVIDADES JUVENIS - YOUTH EXPERIENCE

4. LÍNGUAS - LANGUAGES

Língua materna - Mother tongue _____

Outras línguas - Other languages	Falo bem - Speak well	Falo pouco - Speak some	Compreendo - Understand

5. CUIDADOS ESPECIAIS - SPECIAL NEEDS

Necessita de cuidados especiais? - Do you have any special needs? (diet vegetarian, health problem, etc) SIM - Yes NÃO - No

Se SIM especifique - If YES, specify: _____

6. CAMPOS DE TRABALHO - WORKCAMPs

(Escolha os Campos por ordem de preferência. Por cada CTI em que queira participar tem de preencher este boletim e pagar uma caução caso a inscrição seja para o estrangeiro - Choose the camps by preference order. By each camp you want to participate you need to fill one application and pay the tax if you go to other country)

Nº	Pais - Country	Código - Code	Nome do Campo - Name of the Camp	Início - Start	Fim - End	Which website you found the camp?
1						
2						
3						

7. MOTIVAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO - WHY DID YOU CHOOSE THIS CAMP?

8. DATAS DISPONÍVEIS - AVAILABLE PERIOD

De (dia, mês) - From (day, month) / a - to /

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Declaro saber que, caso venha a ser seleccionado para participar num CTI, é da minha responsabilidade:

Pagar uma taxa de inscrição de 25€ à entidade promotora num CTI em Portugal e uma caução de igual valor no acto de inscrição para um CTI no estrangeiro; Conhecer a portaria regulamentar dos CTI, nº 345/2006 de 11 de Abril que informa sobre os direitos e deveres nos CTI; Adquirir um seguro de viagem e pagar as despesas de viagem ida e volta do CTI; Conhecer as condições de participação e estadia do CTI em que vou participar; Informar a organização do campo, caso tenha algum problema de saúde; Levar todos os materiais e objectos pessoais necessários para a estadia durante o campo; Ser portador de declaração de participação emitida pela entidade organizadora do CTI para poder reaver a caução paga no acto da inscrição; Reaver a caução paga caso não seja seleccionado para participar num dos CTI escolhidos

Assinatura - Volunteer Signature _____ Data: ____ / ____ / 2009

Inquérito

IDADE _____

CAMPO DE TRABALHO _____

PORQUÊ PORTUGAL? _____

FORMAÇÃO/HABILITAÇÕES _____

PAÍS DE ORIGEM _____

EM QUE CAMPOS JÁ PARTICIPOU _____

EM QUE PAÍS _____

QUE ACTIVIDADES JÁ DESENVOLVEU _____

AS QUE MAIS GOSTOU _____

NESTE CAMPO O QUE MAIS GOSTOU _____



O QUE MENOS GOSTOU _____

QUE IDEIA LEVA DO PAÍS _____

QUE IMPACTO TEVE O CAMPO EM TERMOS DE PATRIMÔNIO E CULTURA?

PRETENDE VOLTAR? _____

SUGESTÕES _____

	WORKCAMP INFOSHEET - 2009			
	Workcamp Code	Camp Name	Dates	

Info about the Camp Organization (name, aims, main activities, internet address, you can add the organization logo)

Info about the Camp (aims, tasks and activities – work, leisure and visits)

Accommodation/Food (kind of lodgement, number of meals, other services)

Location (you can add a map or a photo of the city)

Practical Information

- Arrival date -
- Nº of volunteers –
- Work language –
- Insurance (kind of covers) –
- What to Bring (personal things) –

Fees *(If applies)*

Conditions of participation *(internal rules of the camp)*

Meeting point *(day, time, period and place)*

How to reach to....? *(by plane, by bus, by train - timetables, itinerary trip, ticket prices, useful internet address)*

Useful	Contacts	Workcamp	Address	Emergency	Support
<i>(organisation address, phone, mobile, mail, contact person name)</i>		<i>(address, mobile phone and mail of the responsible, coordinator or animator, contact person name)</i>		<i>(address, phone, fax, email of IPJ in the District)</i>	



Pousada da Juventude da Serra da Estrela



Pousada da Juventude de Melgaço



Pousada da Juventude de Vilarinho das Furnas



Pousada da Juventude de Vila Nova de Cerveira

CAMPOS DE TRABALHO INTERNACIONAIS



Campo de Trabalho Internacional em Carvalhais – S. Pedro do Sul
Limpeza da Ribeira de Pisão e preservação dos moinhos existentes
Património e ambiente

